



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 18 de Abril de 2007

Número 76

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Relatório n.º 1-AQ/2007:

Contas de 1999 10 146-(2)

INVESTIL — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Relatório n.º 1-AR/2007:

Contas de 1999 10 146-(12)

MG Patrimónios — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.

Relatório n.º 1-AS/2007:

Contas de 2003 10 146-(31)

NORFIN — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

Relatório n.º 1-AT/2007:

Contas de 2002 10 146-(41)

ESAF — ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 1-AQ/2007

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 66 775/870903; identificação de pessoa colectiva n.º 501882618; data da apresentação: 14 de Julho de 2000.

Maria Irene Dias Emídio Palma, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifico que ficaram depositados na pasta respectiva os documentos que serviram de base ao registo da prestação de contas de 1999.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (1.ª Secção), 10 de Maio de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Dias Emídio Palma*.

Relatório e contas de 1999

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.
Secretário: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Júlio André.
Vogais:

Marcos Tavares de Almeida Lagoa.
Carlos dos Santos Moita.
Domingos Sottomayor Roque de Pinho.
José de Vargas Bulcão.

Fiscal único:

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Alberto Henriques Assis.

Suplente: Dr. António da Trindade Nunes, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas:

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Alberto Henriques Assis.

Suplente: Dr. António da Trindade Nunes, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

Evolução da actividade

Enquadramento macroeconómico

Na zona euro confirmou-se a recuperação da actividade na segunda metade do ano, em linha com o que já era esperado. Esta aceleração deveu-se essencialmente a uma notória recuperação das exportações de bens e serviços. As importações também apresentaram um crescimento mais acentuado do que no 1.º semestre, confirmando que 1999 foi um ano de recuperação para as trocas comerciais num conjunto alargado de economias.

A economia norte-americana manteve um forte dinamismo, acima das optimistas previsões feitas há um ano. Quanto aos mercados emergentes, evidenciou-se a sua recuperação com especial destaque para os asiáticos. No Japão as incertezas continuam para o futuro próximo.

Quanto aos preços, apesar da maioria das fortes economias tenha registado taxas de inflação moderadas, o forte aumento do preço do petróleo ano longo de 1999, reflectiu-se, globalmente, no crescimento dos preços ao nível do consumidor, que na zona euro terá sido ainda mais acentuada por uma evolução cambial menos favorável do euro face ao dólar.

Sinais de deterioração da inflação a médio prazo, e em alguns países as fracas perspectivas de crescimento do mercado de trabalho, fez com que as autoridades monetárias reagissem de imediato. Nos EUA e no Reino Unido registaram graduais subidas das taxas de intervenção durante a segunda metade de 1999. O Banco Central Europeu aumentou as taxas no início de Novembro. Estes reajustamentos reflectiram-se num aumento das taxas de juro de longo prazo durante o ano de 1999.

Enquadramento macroeconómico nacional

O enquadramento internacional da economia portuguesa melhorou no 2.º semestre de 1999, confirmando-se os indícios positivos sobre a evolução económica mundial que foram surgindo durante o 1.º semestre.

Em Portugal durante 1999, verificou-se que a economia portuguesa continua um ciclo de crescimento económico e com perspectivas de continuidade para o ano 2000. O ano de 1999 foi marcado por um abrandamento na procura interna, não compensado pela evolução das exportações, pelo que a economia nacional desacelerou 1%, para um crescimento do PIB em 1999 de cerca de 3%, o qual deverá estar sustentado a médio prazo e apoiado pelos financiamentos comunitários.

Quanto ao mercado accionista, ficou patente que 1999 não foi um ano fácil para o investidor português, que após um início fulgurante, com uma valorização do PSI 20 de 8,5% na primeira semana do ano, os investidores tiveram que esperar pelo último trimestre para uma recuperação igualmente brilhante.

Em 1999 o mercado de obrigações caracterizou-se da seguinte forma:

Subida das taxas de juro do banco central americano em 0,5%;
Expectativa e subida em Novembro das taxas de juro do euro em 0,5%;
Subida das taxas de juro inglesas;
Manutenção em cerca de 0% das taxas de juro japonesas.

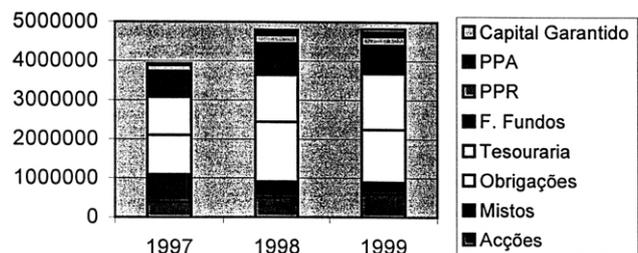
As consequentes subidas das *yields*, tiveram um impacto negativo nos fundos de investimento, com grande peso no mercado de obrigações, que consequentemente vieram a afectar os produtos mais conservadores. Este contexto gerou instabilidade e desconfiança nos diversos canais de distribuição deste produto, cujo impacto na evolução global do mercado dos FIMs foi considerável.

Para 2000 as perspectivas são positivas, pois o cenário aponta para o acréscimo de investimentos e exportações, sem perda do sentimento de confiança por parte dos consumidores nacionais.

Fundos de investimento mobiliário

O mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) registou em 31 de Dezembro de 1999 um volume total sob gestão de 4 829 094 milhões de contos, o que representa um crescimento de 0,5% no ano. Destes, 35% são fundos de investimento domésticos, 49% são fundos da zona euro e os restantes 16% são fundos internacionais. O volume em gestão no final de 1999 corresponde a 25,6% do PIB nacional, valor próximo do registado nos países do espaço euro.

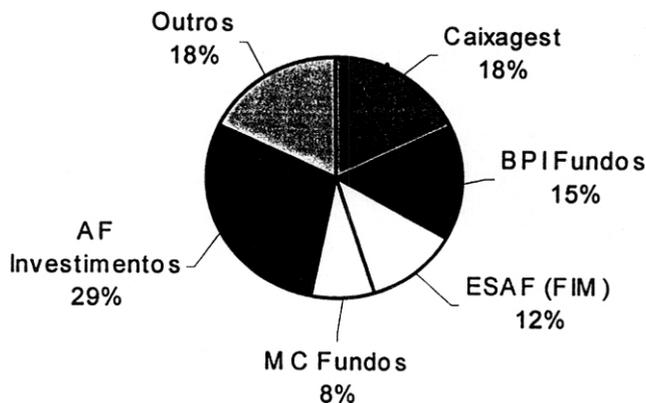
Relativamente à evolução por classe de activos, a preponderância manteve-se nos fundos de obrigações e de tesouraria nacionais, agora denominados Fundos de Obrigações Euro e Fundos de Tesouraria Euro, com um peso de 23% e de 25% no total do volume do mercado, respectivamente. De realçar ainda o forte crescimento verificado nos FIMs Internacionais que em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 781 037 milhões de contos, contra 162 142 milhões de contos em finais de 1998.



Quanto à tendência do mercado dos FIMs, 1999 caracterizou-se pela estabilização do volume sobre gestão (+ 0,5%). O número de sociedades gestoras manteve-se em 20 e o número de fundos decresceu de 276 para 272.

A evolução do volume em gestão dos FIMs domésticos da ESAF registou em 1999 um crescimento de 7,4%, o que representa um

volume total em gestão de 575 milhões de contos. Em termos relativos, a ESAF detém uma quota de mercado de 12%, a quarta maior sociedade gestora dos FIMs.

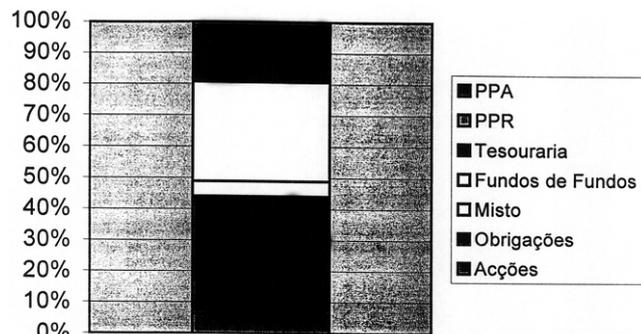


O crescimento da ESAF baseou-se na gestão eficaz das expectativas dos clientes do Grupo Banco Espírito Santo, sustentada através da boa *performance* dos principais fundos de investimento e do apoio comercial realizado junto das redes de distribuição.

A estratégia comercial em 1999 foi caracterizada pelos seguintes factores críticos:

- Focalização na gestão global do património do cliente;
- Segmentação da estrutura comercial do acompanhamento das redes, de acordo com a estrutura comercial de cada canal de distribuição;
- Estratégia comercial assente nos «produtos estrela» por segmento de actuação;
- Aumento do perfil de risco dos principais produtos com enfoque de objectivos;
- Maior eficácia na penetração e gestão da informação/formação das redes de distribuição;
- Segmentação da comunicação ao cliente;
- Optimização da gestão da venda e serviço pós-venda.

O Product Mix da ESAF por classe de activos, caracterizava-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 1999:



No seguimento da implementação da Estratégia Comercial, foram lançados os seguintes fundos durante 1999:

BES & BIC

Espírito Santo Acções América — trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto, que investe principalmente em acções de empresas que apresentem solidez financeira e elevado crescimento económico, sendo predominantemente cotadas nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América.

Espírito Santo Acções Global — trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto, que investe em acções de empresas que apresentem a melhor *performance* de crescimento económico e financeiro sendo predominantemente cotadas nas Bolsas de Valores de países da União Europeia, da Noruega, da Suíça, do Japão, de Hong Kong e dos EUA.

Espírito Santo Acções Rendimento — trata-se de um fundo de investimento mobiliário aberto, que distribui rendimento no final de Junho de cada ano civil, correspondente a totalidade do valor dos dividendos líquidos recebidos pelos títulos em carteira. Investe principalmente em acções de empresas que apresentem a melhor *perfor-*

mance de crescimento económico e financeiro e sejam predominantemente cotadas nas Bolsas de Valores de países da União Europeia, da Noruega, da Suíça, no Japão, de Hong Kong, e dos EUA.

Actividade comercial

A estrutura comercial em 1999 tinha uma equipa de sete consultores financeiros para o acompanhamento de um total de 580 balcões do GBES e 25 centros de *private banking*. Destes, três consultores estavam dedicados ao segmento de grandes clientes BES/Rede BIC/Private Banking e quatro consultores ao segmento de massa/BES. Em termos de acompanhamento, a actividade registou a seguinte evolução:

Formação às diversas redes de distribuição: em 1999 foram realizadas um total de 1980 horas de formação repartidas da seguinte forma:

1520 horas no BES:

880 horas no segmento de massa;
520 horas no segmento de grandes clientes;
200 horas no *private banking*.

380 horas no BIC:

- Apoio da venda a nível do balcão;
- Apoio pós-venda;
- Controlo da informação qualitativa e evolução quantitativa de cada rede de distribuição.

A unidade de *help-desk*, composta por três operadoras e respectiva coordenadora, registou em 1999 o seguinte volume de actividade:

Resumo da actividade

	Número de contactos	Peso do <i>inbound</i> e <i>outbound</i> relativo à actividade do <i>help-desk</i> (percentagem)
Total de contactos <i>inbound help-desk</i>	15 374	69,22
Total de contactos <i>outbound help-desk</i>	6 837	30,78

Total de contactos *inbound help-desk*

Contactos <i>inbound</i>	Número de contactos	Peso relativo aos totais <i>inbound</i> do <i>help-desk</i> (percentagem)
Balcões BES	5 493	35,73
Centros <i>private</i>	2 077	13,51
Balcões BIC	504	3,28
Consultores ESAF	331	2,15
Linha Azul ESFC	396	2,58
Linha Verde ESAF	4 761	30,97
Outros	1 812	11,79

Total de contactos *outbound help-desk*

Contactos <i>outbound</i>	Número de contactos	Peso relativo aos totais <i>outbound</i> do <i>help-desk</i> (percentagem)
Balcões BES	1 398	20,45
Centros <i>private</i>	752	11,00
Balcões BIC	205	3,00
Consultores de investimento ESAF	447	6,54
Clientes e potenciais clientes ESAF	132	1,93
Campanhas ESAF	1 165	17,04
ESFC	2 567	37,55
Clientes e potenciais clientes ESFC	7	0,10
Outros	164	2,40

Adicionalmente esta unidade operacional tem a responsabilidade:

- Atendimento da Linha Verde;
- Contacto e envio de toda a informação para os diferentes canais de distribuição;
- Recepção e tratamento/processamento dos reembolsos/transferências de PPRs/PPAs;
- Recepção e tratamento/processamento do questões postas através de e-mail;
- Recepção e tratamento/processamento de todas as reclamações;
- Prestação de serviço às restantes áreas da ESAF.

Das actividades desenvolvidas durante 1999, releva-se o seguinte:

Fundos Poupança Reforma (PPR):

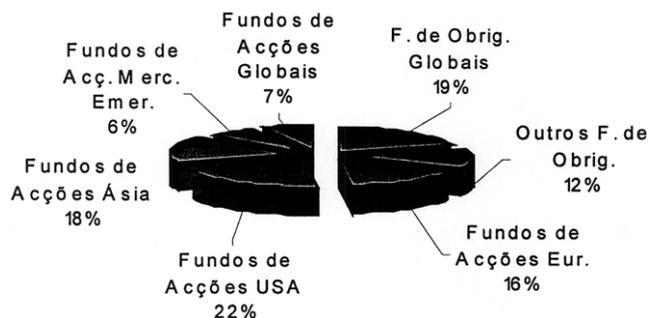
A ESAF comercializa o Fundo BIC PPR — Plano Particular de Reforma (Fundo Poupança Reforma), o qual durante 1999, passou a ser denominado BIC PPRE — Plano Particular de Reforma e Educação, que alargou o leque de benefícios, pois a partir de agora também possibilita a desmobilização para despesas de educação do participante ou de qualquer membro do agregado familiar.

O volume sob gestão em 1999 atingiu no BIC o valor de 6,156 milhões de contos, contra 4,796 milhões de contos em 1998, o que representa um crescimento de 28,4%.

Fundos de fundos:

O Espírito Santo Top Ranking foi em 1999, o melhor fundo de fundos a nível nacional, obtendo uma rentabilidade líquida de 25,01%, com um volume sob gestão que totalizava 34,6 milhões de contos.

Top ranking (composição da carteira em 31 de Dezembro de 1999)



Balanço em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	—	—	—	—
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	196 255	—	196 255	124 263
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	2 108 000	—	2 108 000	1 736 000
9 — Imobilizações incorpóreas	3 717	(3 544)	173	5 774
10 — Imobilizações corpóreas	219 964	(92 000)	127 964	160 188
(Dos quais: imóveis)	—	—	—	—
13 — Outros activos	27 551	—	27 551	21 272
15 — Contas de regularização	262 753	—	262 753	266 957
<i>Total do activo</i>	2 818 240	(95 544)	2 722 696	2 314 454

PASSIVO

	1999	1998
4 — Outros passivos	237 633	384 381
5 — Contas de regularização	776 216	541 556

Proposta de aplicação de resultados

O lucro do exercício de 1999 atingiu o valor de 683 000 766\$, para o qual, e nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação:

- a) Reserva legal: 68 300 076\$60;
- b) Distribuição aos accionistas: 513 700 689\$40;
- c) Distribuição aos colaboradores e órgãos sociais: 101 000 000\$00.

Referências

O conselho de administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., e em particular:

Ao Ministério das Finanças, ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pelo cuidadoso acompanhamento da sociedade;

À mesa da assembleia geral, ao conselho fiscal e à entidade fiscalizadora das contas dos fundos, pelo modo como têm desempenhado as suas funções e apoiado a actividade do conselho de administração;

Aos bancos depositários e entidades comercializadoras dos fundos, pela forma como vêm concretizando as tarefas inerentes às funções que lhes estão cometidas;

A todos os colaboradores pelo elevado sentido profissional e entusiasmo com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 8 de Março de 2000. — O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Relação de accionistas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Nome	Porcentagem
Accionistas titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital social:	
Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.	100

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal.

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
6 — Provisões para riscos e encargos	—	—
a) Provisões para pessoas e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	—	—
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	10 000
9 — Capital subscrito	601 446	600 000
11 — Reservas	424 400	108 883
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	683 001	669 634
<i>Total do passivo</i>	<u>2 722 696</u>	<u>2 314 454</u>

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1999

DÉBITO

	1999	1998
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	1 198	262
2 — Comissões	1 465 385	1 607 530
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	13
4 — Gastos gerais administrativos	797 889	792 600
a) Custos com pessoal	312 405	243 031
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(264 809)	(195 186)
(— encargos sociais)	(38 653)	(38 015)
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
b) Outros gastos administrativos	485 484	549 569
5 — Amortizações do exercício	49 499	47 291
6 — Outros custos de exploração	9 252	3 398
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	91 919	58 400
10 — Resultados da actividade corrente	(1 056 318)	(1 140 479)
11 — Perdas extraordinárias	24 415	54 226
13 — Impostos sobre os lucros	411 343	422 466
14 — Outros impostos	300	22 851
15 — Lucro do exercício	683 001	669 634
	<u>3 534 201</u>	<u>3 678 671</u>

CRÉDITO

	1999	1998
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	61 631	61 904
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
3 — Comissões	3 409 763	3 588 068
7 — Outros proveitos de exploração	66	1
9 — Ganhos extraordinários	62 741	28 698
11 — Prejuízo do exercício	—	—
	<u>3 534 201</u>	<u>3 678 671</u>

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999

(Valores expressos em contos: 1 conto = 1000 escudos)

1 — Actividade:

A sociedade foi constituída por escritura pública de 23 de Julho de 1987, sob a forma de sociedade anónima, com a denominação social de Soginpar — Sociedade Gestora do Fundo de Investimentos Mobiliários, Multipar, S. A., com um capital social de 100 milhares de contos, tendo por objecto único a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário e qualquer outro que seja permitido por lei.

Em 1993, por escritura pública de 23 de Julho, foi alterada a denominação da sociedade para ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (ESAF — ESFIM). Igualmente por escritura pública, de 22 de Fevereiro de 1994, foi realizado o aumento de capital de 500 milhares de contos para 1000 milhares de contos, o mais recente de três aumentos de capital realizados, desde a constituição da sociedade, correspondentes à emissão de 500 000 novas acções de valor nominal de 1000 escudos cada.

Ainda por escritura pública de 9 de Maio de 1996, e no seguimento da deliberação dos accionistas da sociedade, detentores da totalidade do capital, tomada em assembleia geral realizada em 30 de Março de 1995, foi efectuada a redução de capital de 1000 milhares de contos para 600 milhares de contos, como forma de libertar parte dos capitais próprios considerados excessivos face ao valor global dos Fundos geridos pela ESAF — ESFIM.

Finalmente, a 31 de Março de 1999, em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, procedeu-se à redenominação do capital social para 3 000 000 euros que, não alterando o número de acções emitidas, exigiu um ajustamento no capital de mais 1446 contos, efectuado por incorporação de parte da reserva legal, conforme instrução n.º 7/99 do Banco de Portugal.

A data do balanço a sociedade gere 35 fundos num total de 575,1 milhões de contos (1998: 535,3 milhões de contos) de activos sob gestão, os quais se apresentam como segue, de acordo com as respectivas características:

	1999	1998
Fundos de tesouraria	126,6	141,3
Fundos de obrigações	183,2	204,6
Fundos de acções	33,2	26,4
Fundos de poupança	12,7	10,0
Fundos de fundos	219,4	153,0

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras da ESAF — ESFIM foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 417/91, de 26 de Outubro.

As sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário, estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, por força do n.º 1 do artigo 117.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As notas cujos números não são indicados neste anexo não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores a reportar.

3.2 — Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicáveis às demonstrações financeiras da sociedade são apresentadas como segue:

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas de custos e de proveitos.

b) *Imobilizações incorpóreas.* — Incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a investigação, prospecção e posterior concretização de novos negócios no estrangeiro no âmbito do desenvolvimento da actividade da sociedade, a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados e despesas de carácter plurianual, sendo amorti-

zadas, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, em três anos (v. nota n.º 11).

c) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas, registadas ao custo de aquisição, são depreciadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, que se consideram traduzir razoavelmente a vida útil estimada dos bens ao serviço da sociedade:

Anos

Mobiliário e instalações interiores	8-10
Equipamentos informáticos e de escritório	4-5
Veículos	4

d) *Pensões de reforma.* — A ESAF — ESFIM assumiu o compromisso de conceder ao seu pessoal, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, consagradas no Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário ao qual aderiram.

Através do aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro de 1995, o Banco de Portugal procedeu à uniformização dos parâmetros dos pressupostos actuariais e financeiros a utilizar para determinação do valor actual das responsabilidades dos respectivos planos de pensões.

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tábua de mortalidade TV 88/90 e o valor actual dos salários projectados e actuais para o pessoal no activo e reformado, respectivamente:

	Porcentagem
Taxas previstas de evolução salarial:	
1999 e seguintes	4,5
1998	4,5
Taxas previstas de rendimento do Fundo:	
1999 e seguintes	7,0
1998	7,0
Taxa de crescimento das pensões	3,5

A sociedade obtém estudos actuariais periódicos, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

A ESAF — ESFIM efectua os pagamentos ao Fundo de acordo com o plano de contribuições determinado por referência ao método agregado, utilizando o *unit credit* projectado para determinação das responsabilidades por serviços passados e o *attained-age* para determinação das responsabilidades por serviços futuros, contabilizando o respectivo custo em cada exercício.

As contribuições para o fundo de pensões encontram-se contabilizadas na rubrica, da demonstração de resultados, provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos.

e) *Impostos sobre lucros.* — A ESAF — ESFIM está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 1999 não existem diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais.

f) *Comissões de gestão.* — A ESAF — ESFIM cobra, numa base mensal, directamente aos Fundos geridos uma comissão de gestão, correspondente a uma taxa fixa sobre o volume de activos.

9 — Créditos sobre instituições de crédito:

Relativamente a entidades relacionadas com o Grupo Banco Espírito Santo compreendem (i) depósitos a prazo, com vencimento num prazo inferior a três meses, no Banco Internacional de Crédito (BIC), no valor de 2 108 000 contos (1998: 1 736 000 contos) e (ii) depósitos à ordem no Banco Espírito Santo e Banco Internacional de Crédito no valor de 149 333 contos e 46 922 contos, respectivamente (1998: 43 153 contos e 80 348 contos, respectivamente).

11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Transferências	Alienações/abates	Saldo líquido final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	5 452	137	(5 589)	—	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	240	—	(113)	—	—	127
Outras	82	—	(37)	—	—	46
	<u>5 774</u>	<u>137</u>	<u>(5 739)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>173</u>
Imobilizações corpóreas:						
Instalações interiores	3 516	375	(1011)	—	—	2 880
Máquinas, aparelhos e ferramentas	2 563	26	(905)	—	—	1 684
Mobiliário e material	54 309	—	(8 758)	—	—	45 551
Equipamento informático	3 353	—	(1777)	—	(24)	1 552
Material de transporte	94 565	(a) 33 593	(31 227)	—	(20 893)	76 036
Outras imobilizações corpóreas	342	—	(82)	—	—	260
	<u>158 648</u>	<u>33 994</u>	<u>(43 760)</u>	<u>—</u>	<u>(20 917)</u>	<u>127 963</u>
Imobilizações em curso:						
Equipamento	1 540	—	—	—	(1 540)	—

(a) Corresponde na íntegra à aquisição de viaturas para serviço.

24 — Pensões [v. nota n.º 3.2 d)]:

As responsabilidades com pensões de reforma pelos serviços passados em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 348 564 contos (1998: 253 227 contos) e encontravam-se integralmente cobertas por um fundo de pensões que, naquela data, ascendia a 356 089 contos (1998: 284 780 contos). O aumento significativo do valor das responsabilidades de 1999 comparativamente a 1998, é explicado sobretudo pela entrada de novos colaboradores, transferidos de outras instituições financeiras, tendo a ESAF FIM assumido essas responsabilidades por serviços passados.

Em 1998, o fundo de pensões contratado pela sociedade era o Fundo de Pensões GES, tendo durante o exercício de 1999, a socie-

dade procedido à substituição deste pelo Fundo de Pensões Multireforma.

Durante o exercício de 1999 procedeu-se à entrega ao Fundo de Pensões Multireforma, administrado pela ESAF — Espírito Santo Fundo de Pensões, S. A., de 73 534 contos (em 1998: ao Fundo de Pensões GES 48 400 contos), utilizando a totalidade das provisões constituídas durante o exercício no montante de 73 534 contos (v. nota n.º 25).

25 — Movimento de provisões:

O movimento verificado nas rubricas de provisões durante o exercício, foi o seguinte:

	Saldo líquido inicial	Reforços	Utilizações	Reduções	Saldo final
Provisões apresentadas no passivo:					
Provisões para pensões de reforma	—	73 534	(73 534)	—	—
Provisões para riscos bancários gerais	10 000	18 385	(28 385)	—	—
<i>Total</i>	<u>10 000</u>	<u>91 919</u>	<u>(101 919)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Os reforços das provisões para pensões de reforma reflectem o acréscimo efectuado para efeitos de especialização mensal de custos. As utilizações correspondem à contribuição efectuada em Dezembro ao fundo de pensões.

27 — Contas de regularização:

	1999	1998
Activo:		
Proveitos a receber:		
Comissões de gestão [v. notas n.ºs 3.2, alínea f), e 48, alínea c)]	219 021	254 960
Títulos e outras aplicações financeiras	8 649	5 361
Despesas com custo diferido:		
Campanhas de publicidade	—	4 025
ESAF — SGPS [v. nota n.º 3.2, alínea a)]	24 375	—
Outros	10 708	2 611
	<u>262 753</u>	<u>266 957</u>
Passivo:		
Custos a pagar:		
Despesas de comercialização e distribuição [v. nota n.º 48, alínea a)]	689 273	463 589
Encargo com férias e subsídio de férias do exercício a liquidar no ano seguinte	33 429	33 374

	1999	1998
Despesas por serviços de <i>advising</i> [v. nota n.º 48, alínea a)]	40 538	25 817
Outros	6 623	12 423
Outras contas de regularização	6 354	6 354
	<u>776 217</u>	<u>541 557</u>

O saldo de custos diferidos relativo à ESAF — SGPS inclui dois meses de facturação por serviços técnicos que apenas serão prestadas no exercício de 2000.

29 — Capital subscrito e reservas:

Em 31 de Dezembro de 1999, o capital da ESAF — ESFIM é detido em 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (ESAF SGPS).

De acordo com o artigo 3.º dos estatutos da sociedade, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do conselho de administração, até 1 milhão de contos.

No que se refere às reservas obrigatórias, aplica-se a legislação vigente para o sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), a qual exige que a reserva legal seja anualmente creditada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital da sociedade.

A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A reserva legal da sociedade em 31 de Dezembro de 1999 totaliza 174 399 contos (1998: 108 882 contos).

Os resultados líquidos da sociedade referentes a 1998, no montante de 669 634 contos, foram aplicados conforme deliberação da assembleia geral ocorrida em 31 de Março de 1999 como segue (em contos):

Reserva legal	66 963
Outras reservas	250 000
Distribuição aos colaboradores	86 500
Distribuição aos accionistas	266 171
	<u>669 634</u>

31 — Outros activos e passivos:

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	1999	1998
Outros activos:		
Valores a recuperar do Estado — IRS	9 224	9 224
Outros	18 327	12 048
	<u>27 551</u>	<u>21 272</u>
Outros passivos:		
Fornecedores	77 700	76 791
IRC a pagar (v. nota n.º 41)	146 347	299 457
Retenções na fonte (IRS)	9 839	4 704
Contribuições para regimes de segurança social e assistência social (TSU, CAFEB, SAMS)	3 747	3 429
	<u>237 633</u>	<u>384 381</u>

32 — Fundos geridos:

À data do balanço, a sociedade administrava 35 fundos de investimento mobiliário (1998: 41), apresentados como segue:

Fundos de acções	Fundos de obrigações	Fundos de tesouraria	Fundos de fundos	Fundos de poupança
Espírito Santo Acções Europa	Espírito Santo Renda Mensal	Espírito Santo Curto Prazo	Espírito Santo Carteira	BIC Plano Particular de Reforma (BIC PPR)
Espírito Santo Mercados Emergentes	Espírito Santo Capitalização	Espírito Santo Tesouraria	Espírito Santo Portfólio	Espírito Santo Poupança Acções (PPA)
Espírito Santo Portugal Acções	Espírito Santo Obrigações Global	Banco Internacional de Crédito Tesouraria	Espírito Santo Estratégia Mais	
Espírito Santo Portugal Index	Espírito Santo Obrigações Europa	Espírito Santo Monetário	Espírito Santo Gestão Activa	
Espírito Santo All Stars	Espírito Santo Euro-fundo	Espírito Santo Liquidez	Espírito Santo Estratégia Moderada	
Espírito Santo Acções Global	Espírito Santo Portfólio Dinâmico	Espírito Santo Money Market	Espírito Santo Top Ranking	
Espírito Santo Acções Rendimento	Espírito Santo Renda Trimestral		Espírito Santo Opção Dinâmica	
Espírito Santo Acções América	Espírito Santo Fixed Income		Espírito Santo Opção Conservadora	
	Espírito Santo Multi-bond		Espírito Santo Portfólio I	
			Espírito Santo Opção Moderada	

34 — Pessoal:

A ESAF — ESFIM teve durante o exercício um efectivo médio de 18 colaboradores (1998: 22) ao seu serviço repartidos da seguinte forma:

	1999	1998
Administração	1	3
Quadros superiores	13	11
Quadros médios	4	6
Outros	—	2
	<u>18</u>	<u>22</u>

35 — Remuneração dos órgãos sociais:

A ESAF — ESFIM suportou no corrente exercício 1760 contos (1998: 1530 contos) com remunerações atribuídas ao conselho de administração.

36 — Serviços de gestão:

Os serviços de gestão são prestados aos Fundos mencionados nas notas n.ºs 1 e 32 deste anexo.

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

Os proveitos correntes da sociedade no exercício de 1999 tiveram origem, na quase totalidade em activos sob gestão do mercado nacional, excepção feita às comissões de gestão sobre os fundos de acções e obrigações constituídos por títulos estrangeiros, e apresentaram a seguinte distribuição:

	1999	1998
Comissões	3 409 763	3 588 068
Juros e proveitos equiparados	61 631	61 904
Outros proveitos de exploração	66	1
	<u>3 471 460</u>	<u>3 649 973</u>

39 — Outros custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

	1999	1998
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	700	1 590
Despesas não documentadas	2 340	682
Outros	6 212	1 126
	<u>9 252</u>	<u>3 398</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados corpóreos	725	329
Excesso de estimativa para impostos	33 655	26 932
Outros ganhos extraordinários	28 361	1 437
	<u>62 741</u>	<u>28 698</u>
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na realização de valores imobilizados corpóreos	5 732	13 809
Muitas e penalidades	4 284	3 061
Outras perdas extraordinárias	14 400	37 356
	<u>24 416</u>	<u>54 226</u>

41 — Imposto sobre o rendimento:

A ESAF — ESFIM está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama (10% para o distrito de Lisboa)

Os encargos do exercício com impostos sobre os lucros foram calculados tendo em consideração o disposto no Código do IRC e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis às sociedades.

O pagamento do imposto sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pela administração fiscal nos quatro ou cinco anos subsequentes, consoante digam respeito aos exercícios de 1998 e 1999 ou anteriores, respectivamente.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e os impostos sobre os rendimentos a pagar e pagos pela ESAF — ESFIM, com referência aos exercícios de 1999, 1998 e 1997, analisa-se como segue:

	1999	1998	1997
Lucro contabilístico antes de impostos	1 094 344	1 092 100	552 452
Despesas não documentadas	2 340	682	11 412
Menos-valias contabilísticas	5 732	13 810	715

	1999	1998	1997
Multas e penalidades	4 284	3 061	180
Reintegrações e amortizações não aceites	5 961	2 888	1 823
20% das despesas de representação	3 423	2 631	3 128
20% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	9 159	8 372	5 661
Liquidação adicional de IRC	—	16 898	—
Perdas relativas a exercícios anteriores	14 389	20 319	—
Provisão não aceite fiscalmente	—	10 000	—
Menos-valias fiscais	(7 901)	(14 689)	(775)
Excesso da estimativa para impostos	(33 655)	(26 931)	(18 786)
Outros	(8)	(100)	(2 942)
Lucro tributável	1 098 068	1 129 041	552 868
Estimativa de impostos sobre lucros (37,4%) (a)	411 342	422 466	210 899
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (percentagem)	37,6	38,7	38,2
Retenções na fonte	36	—	—
Pagamentos por conta efectuados no exercício	264 959	123 009	72 873
IRC a pagar (v. nota n.º 31)	146 347	299 457	138 026

(a) A estimativa para impostos sobre lucros inclui 30% das despesas não documentadas.

43 — Consolidação:

As demonstrações financeiras da ESAF — ESFIM são consolidadas pela ESAF — SGPS, com sede social na Avenida Álvares Cabral, 41, em Lisboa, a qual detém 100% do capital da sociedade (v. nota n.º 29).

47 — Informação relativa a empresas do grupo e empresas associadas:

As transacções realizadas no exercício entre a sociedade, a ESAF SGPS e as restantes subsidiárias do Grupo ESAF resumem-se a 173 062 contos registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos e

correspondem a serviços técnicos de administração e gestão prestados pela ESAF — SGPS [v. nota n.º 48, alínea b)].

Os saldos e transacções com outras entidades do Grupo Banco Espírito Santo resumem-se, respectivamente, aos mencionados nas notas n.ºs 9, 27 e 48, alínea a).

48 — Outras informações relevantes para apreciação das demonstrações financeiras:

a) Custos com comissões:

As comissões suportadas pela ESAF — ESFIM decompõem-se como segue:

	1999	1998
Por serviços bancários	725	772
Despesas com a comercialização e distribuição de unidades de participação (a)	1 165 921	1 390 609
Despesas com serviços de <i>advising</i>	295 278	214 010
Outras comissões	3 461	2 139
	1 465 385	1 607 530

(a) As despesas com a comercialização e distribuição de unidades de participação são pagas às entidades comercializadoras (BES e BIC), entidades integradas no Grupo Banco Espírito Santo.

b) Outros gastos administrativos:

Os Outros gastos administrativos decompõem-se como segue:

	1999	1998
Serviços prestados pela ESAF — SGPS	173 062	117 000
Serviços especializados	93 873	32 164
Comunicação	7 900	63 670
Publicidade e edição de publicações	89 597	227 375
Deslocações, estadas e representação	56 129	47 417
Outros	64 923	61 943
	485 484	549 569

c) Proveitos com comissões:

As comissões recebidas pela ESAF — ESFIM decompõem-se como segue:

	1999	1998
Comissões de intervenção:		
De gestão sobre os fundos de investimento mobiliário [v. nota n.º 3.2, alínea f)]	2 892 322	2 295 108
De emissão de unidades de participação	236 411	408 452
De resgate de unidades de participação	281 030	584 508
	3 409 763	3 588 068

O Conselho de Administração: *Júlio André*, presidente — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, vogal — *Carlos dos Santos Moita*, vogal — *Domingos Sottomayor Roque de Pinho*, vogal — *José de Vargas Bulcão*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de 2 722 696 contos e um total de capital próprio de 1 708 847 contos, incluindo um resultado líquido de 683 001 contos), a demonstração de resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1.º acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e demais legislação aplicável às sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário.

Lisboa, 30 de Março de 2000. — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração de resultados e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 30 de Março de 1999. — O Fiscal Único: Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Acta n.º 22 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Março de 2000, pelas 14 horas, reuniu, na sede social da sociedade, sita na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa, a assembleia geral anual da sociedade denominada ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., pessoa colectiva n.º 501882618, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 66 775, com o capital social de 3 000 000 de euros, com a presença do representante da sua accionista única, a sociedade ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., Dr. Marcos Tavares de Almeida Lagoa, que fez entrega à mesa, para arquivo, do respectivo instrumento de representação.

Assim, encontrando-se presente e devidamente representada a totalidade do capital social, pelo representante da accionista foi manifestada a vontade de que a presente reunião se constitua em assembleia geral universal, e que as deliberações respectivas tenham o valor de deliberações unânimes e por escrito, ao abrigo do disposto na primeira parte do n.º I do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos, aprovada:

1.º Deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando o relatório de gestão e contas do exercício de 1999;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do n.º I do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, o qual foi secretariado pela secretária da mesa, Dr.ª Madalena Quintanilha Mantas.

Com a presença de todos os membros do conselho de administração e do fiscal único da sociedade, passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos.

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração que fez a apresentação do relatório de gestão e do balanço e demonstração de resultados relativos ao exercício de 1999, destacando destes documentos os pontos considerados fundamentais.

Referiu ainda que o mercado dos Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) registou em 31 de Dezembro de 1999 um volume total sob gestão de 4 829 094 milhões de contos, o que representa um crescimento de 0,5% no ano. Destes, 35% são fundos de investimento domésticos, 49% são fundos da zona euro e os restantes 16% são fundos internacionais. O volume em gestão em final de 1999 corresponde a 25,6% do PIB nacional, valor próximo do registado nos países do espaço euro.

Relativamente à evolução por classe de activos, a preponderância manteve-se nos fundos de obrigações e de tesouraria nacionais, agora denominados Fundos de Obrigações Euro e Fundos de Tesouraria Euro, com um peso de 23% e de 25% no total do volume do mercado, respectivamente. De realçar ainda o forte crescimento verificado nos Fundos de Investimento Mobiliário Internacionais que em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 781 037 milhões de contos, contra 162 142 milhões de contos em finais de 1998.

Como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação, primeiro na generalidade, depois na especialidade, do relatório de gestão e contas da sociedade, relativos ao exercício de 1999, os quais foram aprovados pelos votos da accionista única da sociedade.

No que se refere à aplicação de resultados constante do ponto 2.º da ordem de trabalhos foi aprovada pela accionista única a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração:

O resultado líquido do exercício de 1999 atingiu o valor de 683 000 766\$ para o qual e nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação de resultados:

- a) Reserva legal: 68 300 076\$60;
- b) Distribuição aos accionistas: 513 700 689\$40;
- c) Distribuição aos colaboradores: 101 000 000\$.

Entrando-se no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado pela accionista única, um voto de congratulação, confiança e louvor ao conselho de administração e ao fiscal único, bem como a cada um dos seus membros pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade.

E como mais nada houvesse a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da assembleia geral da ESAF — Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente da mesa, pela secretária que a elaborou e pelo representante da accionista, o Dr. Marcos Tavares de Almeida Lagoa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, presidente — *Madalena Quintanilha Mantas*, secretária — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, em representação da accionista única, ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. 3000221164

INVESTIL — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 1-AR/2007

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 63 090/860514; identificação de pessoa colectiva n.º 501683542; número e data da apresentação: 28/15 de Junho de 2000.

Maria Filomena da Costa Silva Loureiro, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 1999.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (2.ª Secção), 14 de Fevereiro de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.

Relatório e contas de 1999

Órgãos sociais

Conselho de administração:

Presidente: Manuel Sotto-Mayor Coelho de Sousa.
Administrador-delegado: Alfredo Augusto Anes Gonçalves.
Vogais:

António Francisco Araújo Pontes.
João Adriano Antunes Ribeiro.
Fernando Marques Pereira.

Fiscal único:

Silva Neves & Teresa Marques, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Joaquim Manuel da Silva Neves, revisor oficial de contas.

Fiscal único (suplente): Pedro Matos Silva.

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Banco Nacional Ultramarino, representado por Marta de Medina Cochat-Osório.

Secretários:

Daniel Manuel Guerreiro Mendonça.
Carlos José da Silva Bagão.

Mensagem do presidente

Srs. Accionistas:

De harmonia com a lei e os estatutos vem o conselho de administração submeter à vossa aprovação o relatório e as contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

Completo a nossa sociedade no pretérito ano o seu 14.º exercício e é-me grato assinalar os resultados obtidos num contexto que não foi dos mais favoráveis dos últimos anos. De facto, e quase universalmente, a indústria de Fundos de Investimento Mobiliário (FIMs) registou um afrouxamento no forte ritmo de crescimento que vinha registando, tendo-se entre nós quedado em 0,6%. Em contraste, o volume dos FIMs geridos pela Investil registaram um crescimento de 28,6%, tendo alcançado uma quota de mercado nitidamente superior à generalidade de outros produtos financeiros oferecidos no âmbito do BNU.

E é de justiça reconhecer que será tal mérito, em primeiro lugar, dos próprios clientes do BNU e participantes dos nossos FIMs, que souberam valorizar princípios de prudência, de oportunidade e de inovação, enformadores da gestão da Investil. Será também mérito de toda a rede e direcções comerciais do BNU que bem compreenderam a relevância e os benefícios (tangíveis e intangíveis) decorrentes de uma oferta de FIMs no contexto de uma panóplia diversificada de produtos financeiros. E é, obviamente, mérito dos colaboradores da Investil que, pelo seu empenho, dinamismo e criatividade, permitiram obter resultados significativamente positivos numa envolvente algo adversa.

Para o ano em curso manifestamos a convicção de que algumas das razões que estiveram na base dos resultados do exercício findo — a colaboração do banco depositário, o empenho e criatividade de todos quantos trabalham na Investil — possibilitarão ir ainda mais além, reforçando a utilidade da sociedade no contexto do Grupo em que está integrada.

O Presidente do Conselho de Administração: *Manuel Sotto-Mayor Coelho de Sousa*.

Relatório do conselho de administração

1 — Enquadramento macroeconómico

1.1 — Internacional

O ano de 1999, foi marcado pela estabilização ou mesmo recuperação das zonas mais afectadas pela crise financeira internacional que surgiu no ano precedente. Os Estados Unidos continuaram a liderar o crescimento da economia mundial, enquanto que os países asiáticos, atingidos pela crise em 1998, observaram uma recuperação mais firme nas respectivas economias.

Na União Europeia verificou-se uma revisão em alta do crescimento do produto e uma reanimação da procura interna, associada à evolução favorável das trocas líquidas com o exterior, a que não foi alheia a depreciação do euro face ao dólar e ao iene.

O crescimento da economia dos Estados Unidos da América ficou a dever-se a uma forte procura interna e à melhoria da conjuntura internacional, sendo que o aumento do PIB terá atingido os 4% em 1999. O vigor do consumo privado norte-americano, que tem alimentado este excepcional ciclo de crescimento económico, traduziu-se, este ano, em sinais de sobreaquecimento da economia, com a inflação média a situar-se nos 2,5%, o que teve como consequência a subida das taxas de referência por parte da *Federal Reserve*.

A economia nipónica registou um crescimento do produto na ordem de 1%. Este valor não deixa contudo de ser expressivo, na medida em que representa um crescimento de 3,8% face ao ano anterior. As exportações foram o factor que contribuiu decisivamente para este crescimento, dado que o consumo privado apresentou um crescimento muito diminuto e o investimento registou um decréscimo em termos homólogos, devido aos desequilíbrios estruturais e financeiros graves que afectam ainda muitas empresas.

1.2 — Nacional

Em 1999, a economia portuguesa registou uma taxa de crescimento real da ordem dos 3,4% contra 4,3% verificados no ano precedente.

A expansão da actividade económica deveu-se exclusivamente ao crescimento acentuado da procura interna.

Por sua vez, as trocas líquidas com o exterior dilataram a sua contribuição negativa para a variação real do produto.

No decurso de 1999 assistiu-se ao arrefecimento das tensões inflacionistas na economia portuguesa, tendo o índice de inflação média atingido 2,3%.

Em resultado da evolução favorável do mercado de trabalho, a taxa de desemprego baixou para 4,4%, ou seja, cerca de 0,7 pontos percentuais aquém da taxa observada em 1998. O comércio por grosso e a retalho, o sector da construção civil, bem como os serviços associados à actividade imobiliária, foram os mais dinâmicos da economia, potenciando a criação de novos postos de trabalho.

Procura interna:

A procura interna progrediu, em volume, a uma taxa de 5,0%, apresentando uma desaceleração da ordem dos 0,5% face ao valor registado no ano anterior. Todas as componentes da procura interna deram um contributo positivo para a formação do PIB.

O consumo privado registou um incremento de 3,7%. O comportamento favorável deste agregado deve-se, por um lado, ao aumento do rendimento disponível das famílias e particulares induzido pelo crescimento do volume de emprego e, por outro, à redução das taxas de juro de mercado.

Indicadores da economia portuguesa

	1998	1999
PIB (a)	4,3	3,0
Consumo privado (a)	4,7	3,7
Consumo público (a)	3,2	2,0
FBCF (a)	8,9	9,8
Procura interna (a)	5,5	5,0
Exportações (a)	9,0	0,8
Importações (a)	10,9	5,9
Inflação (b)	2,8	2,3
Taxa de desemprego	5,1	4,4
Produção da indústria (a)	2,8	1,0
Défice do SPA (percentagem do PIB)	1,5	1,3
Dívida pública (percentagem do PIB)	57,8	56,8

Fonte. — INE, Ministério das Finanças, BNU-DEPC.

(a) Variação homóloga real.

(b) Variação homóloga.

O consumo público registou um aumento de 2,0%, o que constitui uma redução de 1,2% face ao ano anterior, marcado por diversos investimentos públicos de grande envergadura como a realização da Expo 98.

Por seu turno, a FBCF observou um crescimento, em volume, de 9,9%. A aceleração do investimento total deveu-se sobretudo à descaída das taxas de juro e à consequente expansão da actividade no sector da construção civil, nomeadamente no segmento de imóveis residenciais.

Inflação:

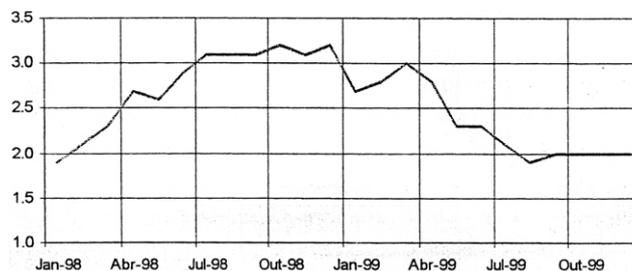
Em 1999 a inflação situou-se nos 2,3%. O arrefecimento das tensões inflacionistas ficou a dever-se ao crescimento menos acentuado do consumo privado e à estabilidade dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. Ao mesmo tempo, a manutenção artificial dos preços dos produtos energéticos, por parte do Governo, evitou uma potencial subida da inflação.

Comércio externo:

As vendas ao exterior registaram um decréscimo, em volume, na ordem dos 0,4% contra um aumento de 9% observado em 1998. Efectivamente, os efeitos adversos da crise asiática, sobretudo na primeira metade do ano, aliados à recuperação ainda pouco consistente da procura interna dos parceiros comerciais de Portugal, nomeadamente Alemanha e França, terão sido os factores mais determinantes para a evolução desfavorável das exportações.

Acompanhando o crescimento menos acentuado da procura interna, também as importações de bens e serviços registaram um arbrandamento ao acusarem uma variação homóloga de 4,3%, contra 10,9% em 1998.

Inflação



Evolução cambial:

O ano de 1999 ficou marcado pela entrada em vigor do euro, que se traduziu em profundas mudanças na implementação da política monetária e cambial no espaço europeu. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) passou a ser a instância responsável pela prossecução da política monetária, enquanto que aos bancos centrais dos diversos estados-membros, foi atribuída a responsabilidade de implementar as medidas decretadas pela nova autoridade monetária.

No que respeita à evolução do euro face ao dólar registou-se, logo após a sua entrada em vigor, uma depreciação acentuada, devido a indicadores que confirmavam a robustez da economia norte-americana. Entre Julho e Outubro foi possível constatar uma inversão de tendência devido a factores que poderiam condicionar a evolução da moeda norte-americana, nomeadamente, o crescente deficit da balança comercial, o arrefecimento do mercado accionista e o aumento da inflação nos EUA. No final do ano, a confirmação do bom desempenho da economia dos EUA a par da falta de credibilidade da nova autoridade monetária europeia contribuíram decisivamente para repor a tendência de depreciação do euro face ao dólar. Durante todo o ano a libra estrelinha manteve uma forte correlação com o dólar norte-americano.

Por último, o comportamento da divisa nipónica caracterizou-se por uma clara tendência para a apreciação ao longo de 1999, quer contra o dólar, quer contra o euro. Ante a expectativa favorável de evolução da economia nipónica, observou-se uma forte procura de activos japoneses por parte de investidores internacionais, com a inerente pressão sobre a moeda.

Moeda e crédito:

Devido ao baixo nível das taxas de juro, os agentes económicos continuaram a evidenciar preferência pelos meios imediatos de pagamento, contra as aplicações menos líquidas, como os depósitos a prazo e de poupança.

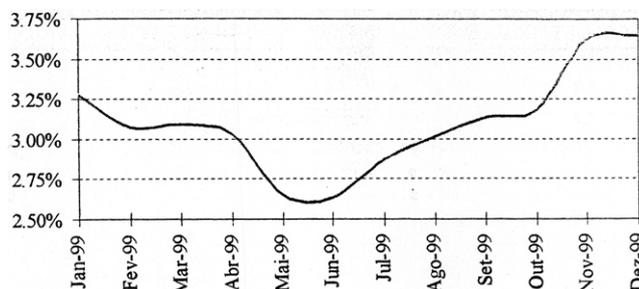
No que respeita à evolução do crédito interno observou-se um crescimento médio de 18% ao longo do ano, o que representa um aumento de 2,1 pontos percentuais em relação ao crescimento médio observado em 1998.

Em contrapartida, o crédito a empresas e particulares continuou a manter um ritmo de crescimento bastante significativo, com o crédito à habitação própria a apresentar um crescimento homólogo de 34%.

Taxas de juro:

Ao longo do ano, a evolução das taxas de juro de mercado foi diferenciada. Assim, na primeira metade do ano as taxas do mercado monetário interbancário registaram uma acentuada diminuição, em grande medida potenciada pela intervenção do BCE, em meados do mês de Abril.

Evolução da Lisboa a seis meses



Porém, na segunda metade do ano assistiu-se à inversão da tendência observada no 1.º semestre. Este comportamento reflectiu os receios da adopção por parte do BCE de uma postura restritiva no âmbito da política monetária, em virtude do previsível aumento das tensões inflacionistas na sequência do agravamento dos preços do petróleo. A intervenção acabou por ocorrer no mês de Novembro, quando a autoridade monetária do Eurosistema fixou a taxa de refinanciamento em 3,0%, acelerando nos dois últimos meses do ano o processo de ajustamento ascendente das taxas do mercado monetário.

Neste contexto, a Lisboa a seis meses que se encontrava em 3,26% em Janeiro, passou para 2,65% em Maio e atingiu os 3,65% no final do ano.

1.3 — Perspectivas

Economia internacional:

As mais destacadas instituições internacionais consideram que a economia internacional terá, no ano 2000, um enquadramento favorável concretizado em ritmos elevados de crescimento do produto. Perspectiva-se pois, uma aceleração do crescimento da zona do euro (+ 3%), a recuperação da economia japonesa (+ 1,5%), a recolocação das economias emergentes nos ritmos de expansão tradicionalmente elevados (+ 5%) e um abrandamento no elevado ritmo de crescimento da economia norte-americana.

Existem, contudo, algumas fragilidades nevrálgicas no actual quadro macroeconómico norte-americano que poderão afectar o desenho optimista traçado. O elevado preço das acções dos EUA, o cres-

cente défice da balança de transacções correntes (3,5% do PIB) e a forte apreciação do dólar face ao euro, poderão conduzir a uma eventual queda da bolsa e do dólar, com efeitos de arrastamento sobre a economia mundial

Economia nacional:

Para Portugal, o crescimento económico da Europa condicionará decisivamente o dinamismo do produto interno. Assim, para 2000, espera-se uma aceleração do crescimento do PIB para 3,5% por via do aumento da procura interna apoiado numa subida moderada do consumo privado (3,4%) e num aumento significativo do Investimento (6%) liderado pelo sector exportador e pelo sector público. Quanto à taxa média de inflação, perspectiva-se uma ligeira redução para 2,2%, devendo a taxa de desemprego estabilizar em 4,4%.

2 — Mercado de capitais

2.1 — Internacional

Mercado de acções:

Os principais mercados accionistas, avaliados pela variação dos respectivos índices em dólares, terminaram o ano com ganhos. Esta subida ficou a dever-se não só ao crescimento do produto de grande parte das economias europeias, como também à recuperação das zonas mais afectadas pela crise financeira internacional do ano precedente, nomeadamente os países asiáticos.

País	Índice	Valori-zação em 1999 (porcentagem)	Valori-zação em dólares (porcentagem)
EUA	S & P 500	+ 19,5	+ 19,5
Europa	DJ EuroStoxx 50	+ 46,7	+ 26,4
Reino Unido	FT-SE 100	+ 17,8	+ 14,4
França	CAC 40	+ 51,1	+ 30,4
Alemanha	DAX	+ 39,0	+ 20,1
Espanha	Ibex 35	+ 18,3	+ 1,9
Japão	Nikkei 225	+ 36,8	+ 53,3
Hong-Kong	Hang Seng	+ 68,8	+ 68,3
Portugal	BVL Geral	+ 12,6	- 2,8

Fonte. — Bolsa de Valores de Lisboa e Bloomberg.

Mercado obrigacionista:

O mercado obrigacionista internacional caracterizou-se por uma gradual subida das taxas de juro em todos os prazos. Na Alemanha, as taxas de juro a 10 anos subiram de 3,9% no início de 1999 para 5,3% no final do mesmo ano, tendo sido acompanhada por todos os países da UEM.

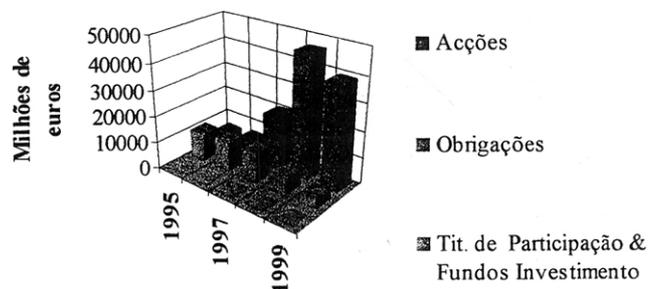
Os EUA, por seu lado, com taxas de juro superiores às da Europa, também assistiram à subida dos *yields* das obrigações a 10 anos, de 4,6% para 6,4%.

2.2 — Nacional

Mercado secundário global:

Em 1999, ano da redenominação dos valores mobiliários em euros, as transacções de valores mobiliários nas sessões normais e especiais da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL) foi de 42 924,8 milhões de euros, uma redução de 18% face a 1998. Esta diminuição foi mais acentuada na vertente obrigacionista (- 42%), do que na accionista (- 16%). As acções representaram 91,2% do total dos títulos transaccionados, o que revela uma tendência crescente de concentração da BVL na vertente accionista (87% em 1998).

Volume de transacções bolsista



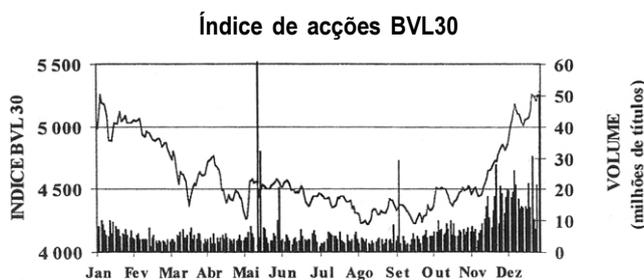
O valor total de obrigações transaccionadas no mercado especial de operações por grosso — 154 255 milhões de euros — merece especial referência, na medida em que representou um crescimento de 43% relativamente ao ano anterior.

Mercado de acções:

No ano em apreço, as transacções de acções em sessões normais da Bolsa movimentaram 38 196 milhões de euros, ou seja, uma descida homóloga de 10,7%. Esta quebra ficou a dever-se ao fraco dinamismo observado no período entre Fevereiro e Outubro.

O valor transaccionado nas sessões especiais da Bolsa, 831 milhões de euros, representou 25% ao atingido no ano anterior. As operações públicas de venda mais importantes foram as de alienação de 10,8% do capital social da Brisa, que correspondentes a 276,7 milhões de euros; a de 3,8% da Portugal Telecom (268 milhões de euros) e a da PT Multimédia (107 milhões de euros). Quanto às operações públicas de aquisição, o total movimentado foi de 141 milhões de euros, destacando-se particularmente a OPA da Alves Ribeiro sobre 52% do capital da Mundicenter (69 milhões de euros).

A subida generalizada das cotações, que se verificou apenas no último trimestre de 1999, permitiu que o índice BVL30 atingisse o seu máximo do ano no final de Dezembro com uma valorização de 10,2%.



A variação do índice BVL30 não foi homogénea para todos os títulos, constatando-se, pela análise dos índices sectoriais, que a subida do índice BVL Geral foi particularmente influenciada pela variação positiva dos sectores das indústrias alimentares e dos seguros, respectivamente, com 84% e 59%. O pior desempenho do ano coube aos sectores dos produtos não metálicos e da construção, cujo índice registou, em ambos os casos, um decréscimo de 17%.

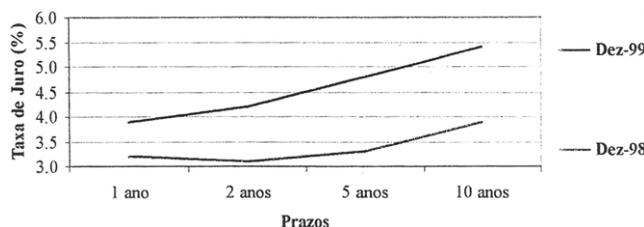
Índices sectoriais	Ponderação	Valor em 31 de Dezembro de 1999	Variação (percentagem)
Indústrias alimentares e bebidas	1,4	4 428	— 84
Indústrias minerais	0,3	1 875	— 17
Construção	4,2	1 912	— 17
Telecomunicações	20,8	6 069	26
Intermediação financeira	29,0	3 959	10
Seguros	5,1	4 452	59
Outras actividades e serviços	29,4	7 633	7

Em 1999, as acções mais transaccionadas (maior valor negociado) foram as da PT (10 246 milhões de euros), BCP (3561 milhões de euros) e EDP (3487 milhões de euros). Em conjunto, estas três acções foram responsáveis por 45% do valor transaccionado no mercado de cotações oficiais de acções.

Mercado obrigacionista:

Em 1999, o mercado obrigacionista movimentou 3569 Milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 42% face ao ano anterior. Esta diminuição ocorre pelo sexto ano consecutivo e tem por base a progressiva concentração do mercado obrigacionista nacional no MEOG. A análise conjunta das sessões normais da Bolsa e do MEOG registou um total de 157 824 milhões de euros transaccionados em obrigações, o que corresponde a uma evolução positiva de 38,4%.

Evolução da estrutura temporal das taxas de juro em Portugal



A partir de Abril de 1999, constatou-se uma tendência contínua e persistente para a subida das rendibilidades das obrigações em todas as maturidades.

2.3 — Perspectivas

As perspectivas de crescimento dos mercados accionistas para 2000 são melhores do que as verificadas em 1999, com a Europa e os mercados emergentes a atravessarem um momento positivo, e com os EUA a registarem níveis de crescimento mais moderado que no ano anterior.

As fusões e aquisições, actividade que em grande parte concentrou as atenções dos investidores em 1999, vão continuar a ser um facto marcante dos mercados em 2000.

Do mesmo modo, é esperado que o sector das telecomunicações e das tecnologias em geral, continuem a ser, a par com o sector financeiro, objecto de consolidação intercontinental, no seguimento de uma tendência progressivamente mais globalizante.

Uma política monetária restritiva e a subida das taxas de juro de curto prazo nos EUA, zona euro e Reino Unido, deverão condicionar o mercado de obrigações em 2000, com o espectro da inflação a pairar sobre os mercados americano e, embora de forma mais atenuada sobre o mercado europeu. A previsível subida das taxas de juro da Reserva Federal Americana, já no 1.º trimestre de 2000, a que se seguirão certamente iguais medidas do Banco Central Europeu e do Banco de Inglaterra, conduzirão a um alisamento da curva de taxas de juro e a uma redução dos diferenciais de taxas entre o curto e o longo prazo.

As empresas do sector de retalho e de consumo, serão provavelmente as mais atingidas nas suas margens por uma política de contenção das pressões inflacionistas, conjugado este facto com o aumento do volume do comércio electrónico e com o aumento da transparência dos preços, decorrente da crescente utilização da denominação em euro.

Em resumo, perspectiva-se para 2000, um mercado accionista atravessado por forte volatilidade, com as empresas dos sectores de tecnologias a liderarem o crescimento e as empresas do sector de retalho ligadas ao consumo a experimentarem alguma pressão sobre os preços e sobre os resultados.

3 — Fundos de investimento mobiliário

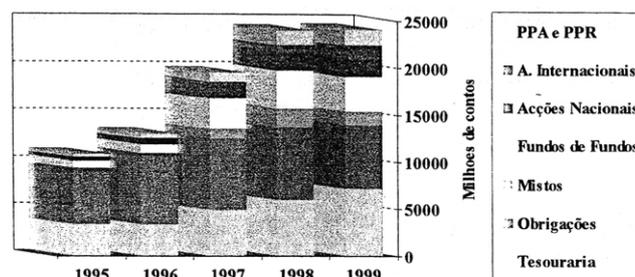
3.1 — Evolução do mercado

O montante de activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário portuguesas ascendia, no final de 1999, a 24 087 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de apenas 1% em relação ao final do ano anterior. Os principais motivos para o afrouxamento no pujante ritmo de crescimento que o sector vinha registando, foram a fraca performance das Bolsas domésticas durante os três primeiros trimestres do ano e a maior facilidade de acesso dos clientes particulares à execução directa de ordens de Bolsa devido aos progressos tecnológicos alcançados pelos fornecedores deste tipo de serviços.

A categoria de Fundos que maior crescimento registou foi a dos Fundos de Tesouraria com 1146 milhões de euros. Com excepção dos fundos de acções internacionais e de poupança fiscal, todas as outras categorias registaram variações negativas de volume.

Durante o ano em análise, a generalidade das sociedades gestoras procederam ao alargamento da sua gama de Fundos através do lançamento de novos fundos, nomeadamente, fundos de acções internacionais, sectoriais e mistos. Assistiu-se igualmente à extinção de diversos Fundos, em particular Fundos de Fundos.

Volume gerido pelas SGFIMS



Fundos de tesouraria euro e internacionais:

A elevada liquidez proporcionada pelos fundos de tesouraria e o aumento da volatilidade dos fundos com acções durante o ano de 1999, contribuíram decisivamente para o crescimento do património dos fundos de tesouraria. No final do ano, o montante sob gestão situava-

-se em 7114 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 19 pontos percentuais face ao ano anterior.

Fundos de obrigações:

Taxa indexada — no final de 1999, o montante sob gestão era de 5495 milhões de euros, correspondente a uma diminuição de 3% face ao ano anterior.

Taxa fixa — a perspectiva de subida das taxas de juro na Comunidade Europeia contribuiu para a perda de rentabilidade e, consequentemente, da vantagem competitiva da generalidade dos Fundos de Taxa Fixa. O volume aplicado nesta categoria de Fundos diminuiu 35%, situando-se em 1293 milhões de euros no final de 1999.

Fundos mistos:

Devido à quebra resultados da vertente accionista, a adesão dos investidores aos Fundos Mistos foi negativa, o que provocou um decréscimo de 26% no património desta categoria de Fundos, que no final do ano totalizava 1510 milhões de euros.

Fundos de acções nacionais:

Devido ao fraco desempenho do índice da Bolsa de Valores de Lisboa, particularmente durante os dez primeiros meses do ano, o volume dos Fundos de Acções Nacionais baixou para 1829 milhões de euros (-1%).

Fundos de Acções Europeias e Internacionais:

A categoria de Fundos que mais se destacou no mercado de Fundos de Investimento Mobiliário em 1999 foi a dos Fundos Europeus e Internacionais, não só pelo seu enorme crescimento — 617 milhões de euros — mas também pela grande diversidade de Fundos lançados no mercado português ao longo do ano. Com um crescimento relativo de 69%, o volume de Fundos de Acções Europeias e Internacionais situava-se em 1508 milhões de euros, no final do ano.

Fundos de fundos:

Foi esta a categoria de fundos que mais diminuiu em 1999, totalizando 3652 milhões de euros no final do ano, ou seja, um decréscimo de 437 milhões de euros (-11%) comparativamente a igual período de 1998.

Fundos de Poupança Reforma (PPR/E):

Esta categoria de Fundos, na qual o tempo médio de permanência dos participantes é mais elevado, registou um aumento de 10%, passando o volume sob gestão para 1180 milhões de euros.

Fundos de poupança acções:

Em 1999, o volume sob gestão desta categoria de fundos aumentou 31%, para 507 milhões de euros, por razões que têm mais a ver com a natureza dos próprios fundos, associados, basicamente, à poupança fiscal, do que com a *performance* do mercado accionista.

3.2 — Perspectivas

Em 2000, a indústria de Fundos de Investimento em Portugal, apresenta, globalmente condições favoráveis para atingir um crescimento superior ao verificado em 1998.

Contudo, esse crescimento será, previsivelmente, condicionado pelos dois factores seguintes, comuns, aliás, ao resto da Europa:

Por um lado, a subida das taxas de juro tenderá a direccionar os investidores mais conservadores para as aplicações tradicionais — depósitos bancários;

Por outro lado, a expectativa de crescimento global das economias tenderá a atrair investidores que privilegiam o investimento com maior dose de risco e ganhos potenciais mais elevados.

Assim, embora se estime um crescimento significativo das aplicações em fundos de investimento mobiliário, serão fundos com acções aqueles que vão merecer a preferência de uma faixa significativa de investidores.

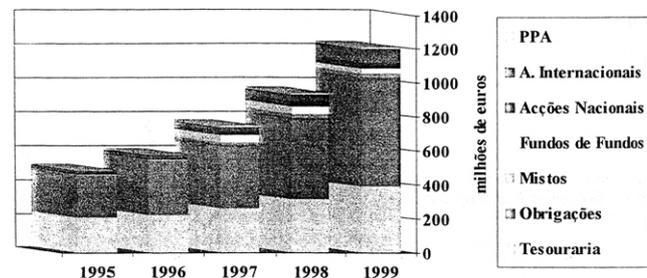
Obviamente que o comportamento dos mercados accionistas vai condicionar este grau de preferência. Porém, tudo leva a crer que os fundos de acções internacionais especialmente os mais vocacionados para aproveitar o potencial de crescimento do sector de tecnologias e telecomunicações, estarão no centro das atenções dos investidores.

4 — Actividade dos fundos geridos pela Investil

4.1 — Desempenho em 1999

Durante o ano de 1999, o património de fundos geridos pela Investil cresceu 28,6%, passando de 943 milhões de euros, no início do ano, para 1213 milhões de euros no final de Dezembro de 1999.

Volume gerido pela Investil



Para este crescimento contribuíram principalmente os Fundos: BNU Obrigações (+ 70 milhões de euros), BNU Tesouraria (+ 60 milhões de euros), BNU Renda Mensal (+ 44 milhões de euros), BNU Euro — índice (+ 20 milhões de euros) e BNU Japão (+ 17 milhões de euros), estes dois últimos, lançados durante o ano de 1999, em Março e Setembro, respectivamente.

O Agrupamento de Fundos BNU Gestão Activa, revelou um crescimento o qual, sendo modesto, em termos absolutos — 7 milhões de euros — representa uma variação positiva de 26%.

Os Fundos BNU Internacional e BNU Oriente Crescimento registaram crescimentos positivos, de 25% e 66%, respectivamente, devido quase exclusivamente, à valorização das suas carteiras que em 1999 registaram uma rentabilidade de 57% e 51%, respectivamente.

Os Fundos de Fundos registaram, no seu conjunto, um decréscimo de 12 milhões de euros (27%), na linha de tendência do que ocorreu no mercado português esta categoria de Fundos durante o ano em análise.

Os fundos de maior nível de risco — Fundo Invest, Fundos de Fundos, Fundos de Acções e PPA — representavam, no final do ano, 14,5% dos activos geridos pela sociedade.

Durante o ano de 1999 foram lançados dois novos Fundos — BNU Euro-Índice e o BNU Japão — os quais, para além de permitirem aos investidores aumentar o grau de diversificação geográfica das suas carteiras de investimento permitiram aproveitar o bom desempenho do mercado europeu e do mercado japonês. A pronta adesão da rede comercial do BNU, aliada à boa rentabilidade que os Fundos proporcionaram aos seus participantes, contribuíram para tomar a colocação destes dois Fundos bem sucedida.

4.2 — Perspectivas

Contrariamente ao verificado em 1999, não se espera em 2000 um crescimento tão significativo do volume dos Fundos de Investimento geridos pela Investil.

Os Fundos de Obrigações e os Fundos de Tesouraria, que representam 86% dos activos sob gestão e que beneficiaram da descida das taxas de juro das aplicações alternativas, principalmente na primeira metade de 1999, tenderão a estabilizar ou mesmo a diminuir.

Em contrapartida, os Fundos de Acções e os Fundos Mistos irão beneficiar das perspectivas favoráveis de evolução dos mercados accionistas, prevendo-se que venham a suscitar cada vez maior interesse por parte dos investidores.

Procurar-se-á, em 2000, corrigir a estrutura algo desequilibrada do património gerido pela Investil, no qual os Fundos com Acções representam apenas 14% do total (incluindo os Fundos de Fundos), estando previsto o lançamento, já no 1.º trimestre do ano, de um novo Fundo de Acções: o Fundo BNU Tecnologias 2000.

Ao mesmo tempo prosseguir-se-á o estudo das condições e oportunidade para o lançamento de um Fundo de Acções de Capital Garantido e de um Fundo de investimento em acções de empresas da América Latina.

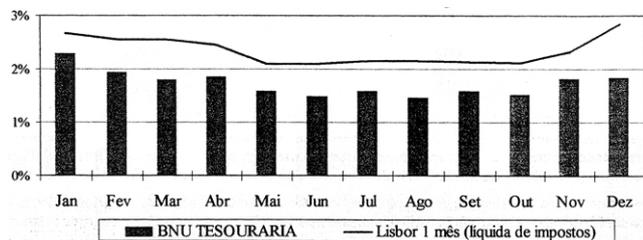
4.3 — Relatórios dos fundos geridos

BNU Tesouraria:

O Fundo BNU Tesouraria completou dez anos de existência no passado mês de Setembro e proporcionou aos participantes, durante

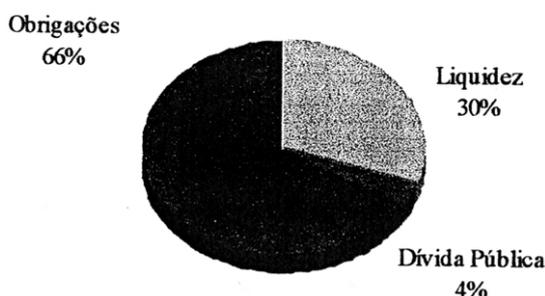
o ano de 1999, uma rentabilidade líquida de 1,73% (o que corresponde a uma rentabilidade bruta de 2,2% se considerarmos uma fiscalidade média de 20%).

BNU Tesouraria — rentabilidades mensais em 1999



No final do ano, existiam 27 704 349 unidades de participação em circulação, correspondendo a uma capitalização de 300,3 milhões de euros.

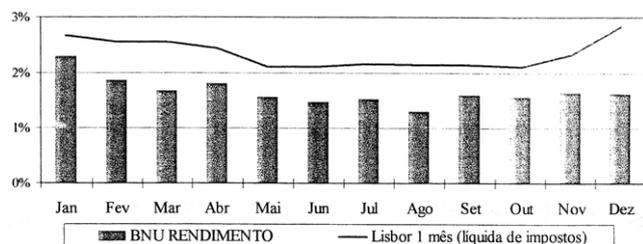
BNU Tesouraria — composição da carteira em 1999



BNU Rendimento:

O BNU Rendimento foi lançado em Março de 1991 e está vocacionado para aplicações de curto prazo de montante superior a 100 000 escudos. Em 1999, este Fundo apresentou uma rentabilidade líquida de 1,66% (correspondente a uma rentabilidade bruta de 2,1%).

BNU Rendimento — rentabilidades mensais em 1999

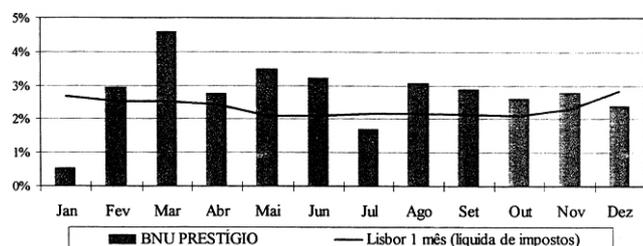


No final de 1999, a carteira do Fundo integrava 23% de aplicações monetárias, 5% de obrigações do Estado e 72% de obrigações diversas. O seu volume era de 79,2 milhões de euros, distribuídos por 8 980 603 unidades de participação.

Fundo BNU Prestígio:

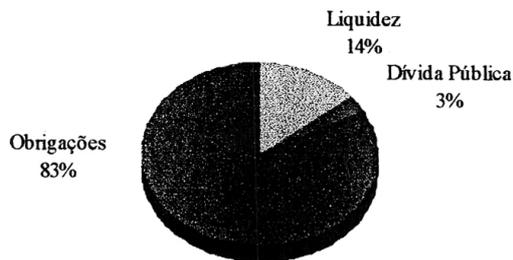
O Fundo BNU Prestígio foi lançado em 1993 e obteve, em 1999, uma rentabilidade líquida 2,79% (correspondendo a uma rentabilidade bruta de 3,48%), o que o coloca entre os Fundos de Obrigações de Taxa Indexada com maior rentabilidade.

BNU Prestígio — rentabilidades mensais em 1999



Em 31 de Dezembro de 1999, a sua carteira ascendia a 104 milhões de euros, distribuídos por 13 948 975 unidades de participação.

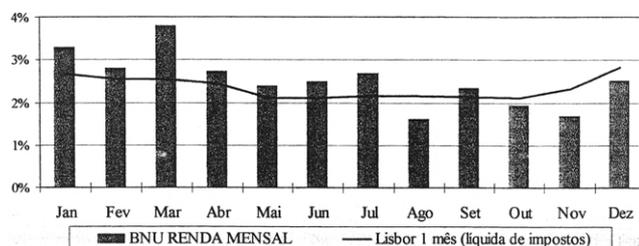
BNU Prestígio — composição da carteira em 1999



Fundo BNU Renda Mensal:

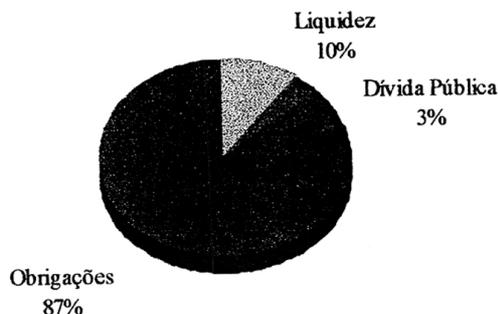
Lançado no início de Julho de 1996, o fundo BNU Renda, Mensal veio responder à necessidade de um Fundo que distribuisse rendimentos mensalmente. A rentabilidade líquida alcançada por este Fundo em 1999 foi de 2,53% (correspondendo a uma rentabilidade bruta de 3,17%).

BNU Renda Mensal — rentabilidades mensais em 1999



Em 31 de Dezembro de 1999, a carteira era composta por 3% de Obrigações do Estado, 86% de Obrigações Diversas e 10% de Aplicações Monetárias. O seu volume no final do ano era de 77,4 milhões de euros distribuídos por 15 516 762 unidades de participação em circulação.

BNU Renda Mensal — composição da carteira em 1999

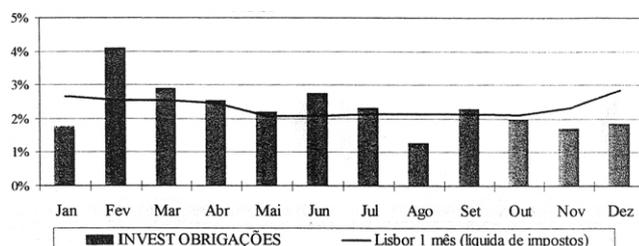


Fundo Invest Obrigações:

Lançado em Novembro de 1989, o Fundo Invest Obrigações obteve, em 1999, uma rentabilidade líquida de 2,31% (correspondente a uma rentabilidade bruta de 2,89%).

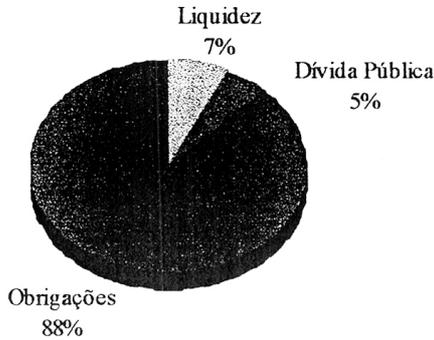
O Fundo continuou a proceder à distribuição semestral de rendimentos tendo atribuído 15\$00 e 10\$30 por cada unidade de participação, no final dos meses de Maio e de Novembro, respectivamente.

Invest Obrigações — rentabilidades mensais em 1999



Em 31 de Dezembro de 1999, a carteira era composta por 5% de Obrigações do Estado, 86% de Obrigações Diversas e 7% de Aplicações Monetárias. O volume, superior a 66,7 milhões de euros, encontrava-se distribuído por 13 105 288 unidades de participação em circulação.

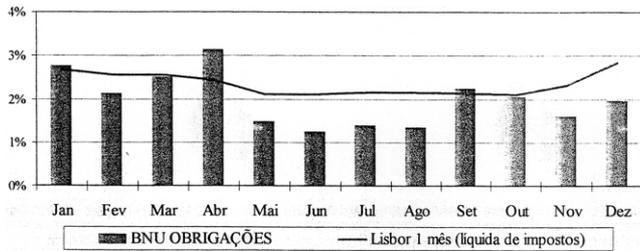
Invest Obrigações — composição da carteira em 1999



Fundo BNU Obrigações:

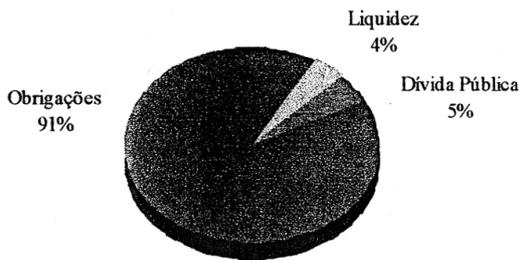
Sendo o maior Fundo gerido pela Investil, o BNU Obrigações, lançado em Junho de 1991, registou em 1999 uma rentabilidade líquida anual de 1,99% (correspondente a uma rentabilidade bruta de 2,48%).

BNU Obrigações — rendibilidades mensais em 1999



No final do ano, a carteira integrava 5% de Dívida Pública, 83% de Obrigações Diversas e 23% de aplicações monetárias. O volume no final do ano atingiu os 381,9 milhões de euros, distribuídos por 42 256 030 unidades de participação.

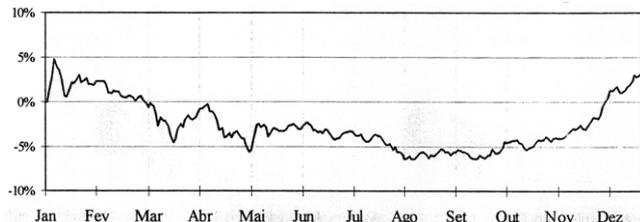
BNU Obrigações — composição da carteira em 1999



Fundo Invest:

Lançado em Maio de 1986, o Fundo Invest é o mais antigo Fundo de Investimento Mobiliário português e obteve, desde o seu início, uma rentabilidade anual média de 9,0%. Durante o ano de 1999, o Fundo registou uma valorização de 3,3% devido à modesta valorização das acções integrantes da sua carteira de títulos.

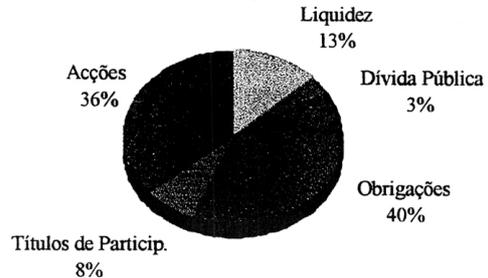
Fundo Invest — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



A carteira de investimentos diminuiu ligeiramente ao longo do ano, vindo a situar-se em 20,3 milhões de euros no final do ano. O número das unidades de participação vivas no final do ano era de 3 038 128, o que correspondeu a uma diminuição de 25% relativamente a igual período do ano passado.

A carteira integrava no final do ano 36% de acções nacionais e europeias, 3% de obrigações do estado, 40% de obrigações diversas, 8% de títulos de participação e 13% de aplicações monetárias.

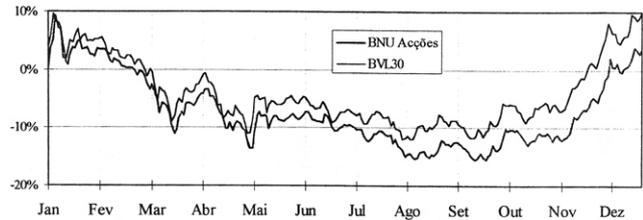
Fundo Invest — composição da carteira em 1999



Fundo BNU Acções:

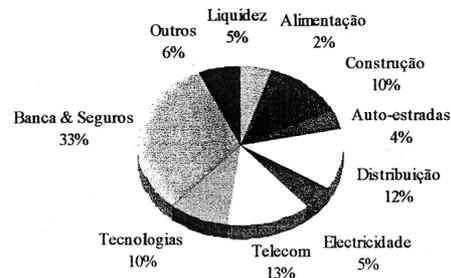
Criado em Junho de 1991, o Fundo BNU acções registou, desde o seu lançamento, uma rentabilidade anual média de 14,3%. No ano de 1999, a valorização líquida foi de 3,4%.

BNU Acções — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final do ano, a carteira do Fundo, no valor 30,5 milhões de euros, integrava 95% de acções de empresas portuguesas de diversos sectores de actividade económica e 5% de aplicações monetárias. A retracção dos índices accionistas portugueses durante os primeiros 10 meses do ano afectou negativamente a procura deste Fundo e o número de unidades de participação em circulação no final do ano situou-se em 2 091 070, o que correspondeu a uma descida de 17%.

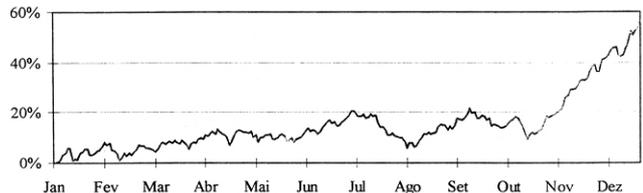
BNU Acções — composição da carteira em 1999



Fundo BNU Internacional:

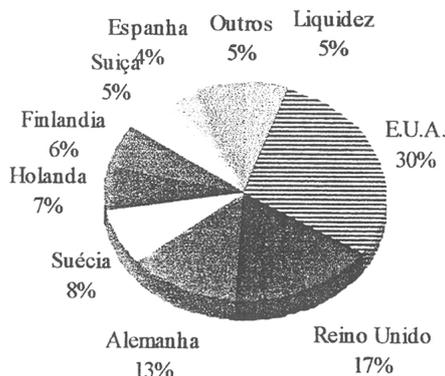
Lançado já no final de 1993, o BNU Internacional obteve desde o lançamento a rentabilidade anual média de 22,6% e durante o ano de 1999 uma valorização de 57,1%.

BNU Internacional — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final do 1.º ano de activo deste Fundo cifrou-se em 25,9 milhões de euros distribuídos por 1 417 012 unidades de participação.

BNU Internacional — composição da carteira em 1999

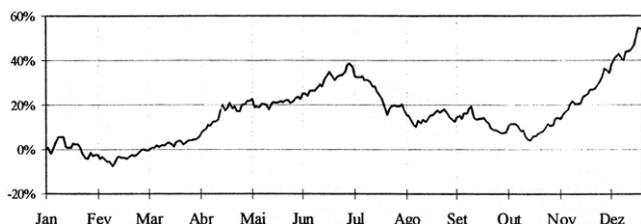


Fundo BNU Oriente Crescimento:

Lançado em Março de 1994, o Fundo BNU Oriente Crescimento procura beneficiar do dinamismo económico evidenciado pelas empresas do Sudeste Asiático e Austrália.

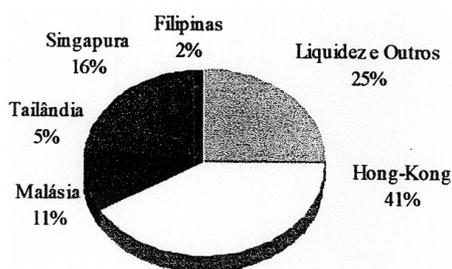
Mercê da boa performance registada nos mercados asiáticos o Fundo obteve, em 1999, uma valorização de 50,8%.

BNU Oriente Crescimento — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final de 1999, o activo deste Fundo cifrava-se em 16,6 milhões de euros e o número de unidades de participação aumentou 9% para 3 565 617.

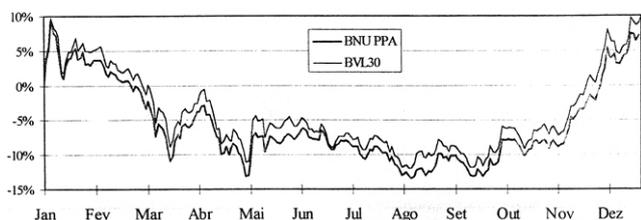
BNU Oriente Crescimento — composição da carteira em 1999



Fundo BNU PPA:

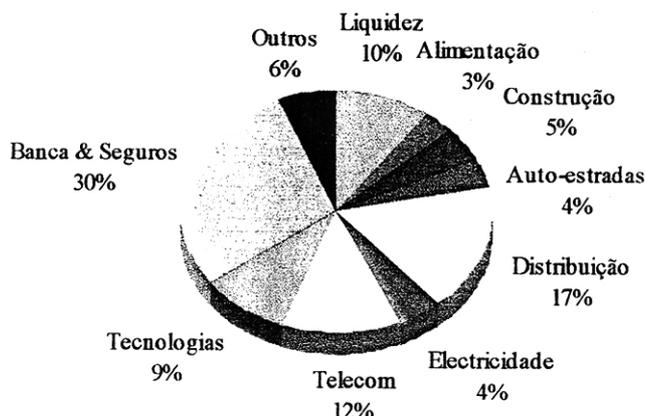
Criado em Novembro de 1995, o Fundo BNU PPA obteve uma rentabilidade de 30,4% desde o seu lançamento. Em 1999, a sua valorização, de 7,2%, reflectiu o comportamento do índice da Bolsa de Valores de Lisboa.

Fundo BNU PPA — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final do ano, a carteira integrava 90% de acções e 10% de aplicações monetárias, distribuídas por 603 747 unidades de participação em circulação, sendo o volume do fundo de 9 milhões de euros.

BNU PPA — composição da carteira em 1999

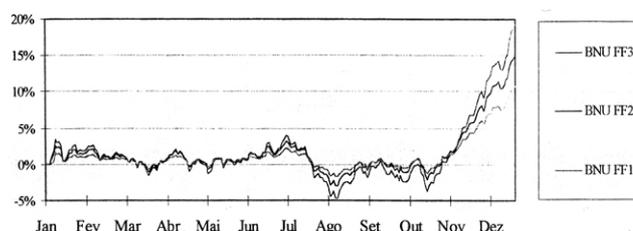


BNU Fundo de Fundos I, II e III:

O BNU Fundo de Fundos I (BNU FF1) teve início em Outubro de 1996 e obteve uma rentabilidade de 7,9% desde o seu lançamento. Durante os dois últimos meses do ano de 1999 o Fundo beneficiou da valorização dos nossos fundos de acções, tendo apresentado uma rentabilidade líquida anual de 10,8%. No final do ano, a carteira deste Fundo encontrava-se avaliada em 18,4 milhões de euros, repartidos por 2 903 849 unidades de participação.

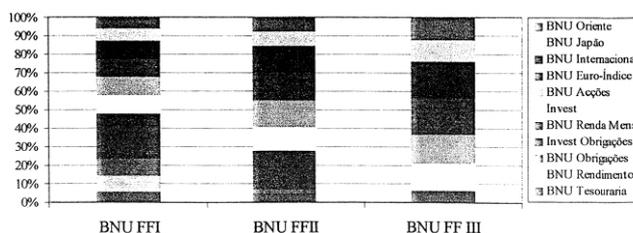
Em Julho de 1997, foram lançados os Fundos de Fundos II e III, cuja componente de fundos de acções era superior ao BNU FF1. Desde o seu início, estes Fundos obtiveram uma rentabilidade de 9,8% e 11,4%, respectivamente, e em 1999, a sua valorização foi de 15% e 19,4%.

BNU Fundo de Fundos I, II e III — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final de 1999, a carteira do BNU Fundo de Fundos II situava-se em 7,9 milhões de euros, repartidos por 1 269 155 unidades de participação e a carteira do BNU Fundo de Fundos III registava os 5 milhões de euros, repartidos por 779 965 unidades de participação.

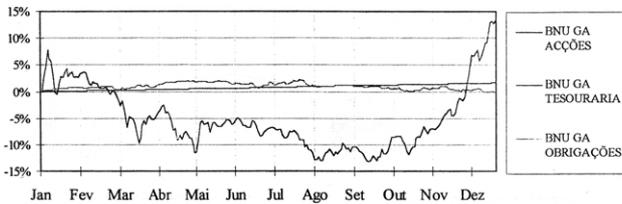
BNU Fundos de Fundos I, II e III — composição da carteira em 1999



Agrupamento de fundos BNU Gestão Activa:

Iniciado no final de Maio de 1998, o agrupamento de fundos BNU Gestão Activa, composto por três Fundos distintos, apresentava no final de 1999 um património total de 33,6 milhões de euros.

Agrupamento BNU Gestão Activa (BNU GA) — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999

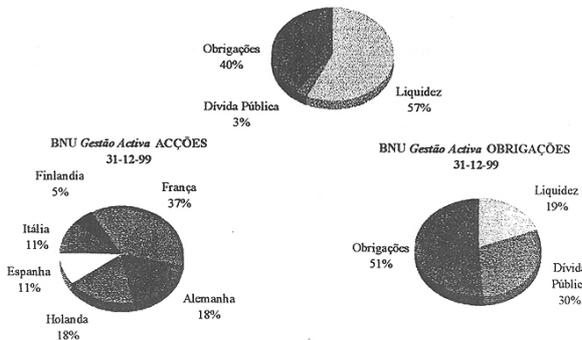


O Fundo BNU Gestão Activa Tesouraria, composto essencialmente por meios monetários, registou, em 1999, uma rentabilidade de 1,7%, e no final do ano detinha uma carteira de 12 milhões de euros, repartidos por 2 338 812 unidades de participação.

O Fundo BNU Gestão Activa Obrigações, composto principalmente por obrigações de taxa fixa, registou, em 1999, uma valorização de -0,1%; a sua carteira, no final do ano, era de 15,5 milhões de euros, repartidos por 2 999 239 unidades de participação.

O Fundo BNU Gestão Activa de Acções, composto essencialmente por acções europeias, registou em 1999, uma rentabilidade de 13,7%, a sua carteira, de 6,1 milhões de euros encontrava-se repartida por 983 436 unidades de participação.

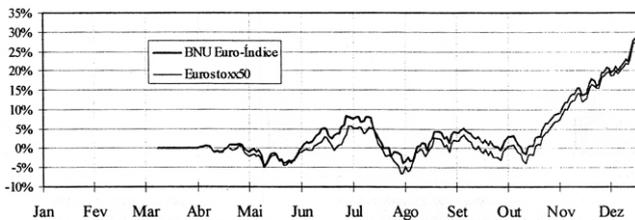
BNU Gestão Activa Tesouraria em 1999



Fundo BNU Euro-Índice

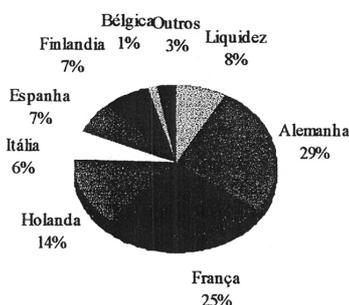
Lançado em Março de 1999, o Fundo BNU Euro-Índice reflectiu, desde o seu início, o comportamento do índice Eurostoxx 50, composto pelas 50 empresas com maior capitalização bolsista da zona euro, registando uma valorização absoluta de 29,1%.

BNU Euro-Índice — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final do ano, a carteira integrava 92% de acções e 8% de aplicações monetárias, distribuídas por 3 001 053 unidades de participação em circulação; o volume do Fundo ascendia a 19,8 milhões de euros.

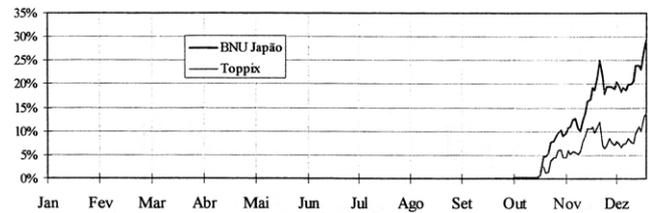
BNU Euro-Índice — composição da carteira em 1999



Fundo BNU Japão:

Lançado em Setembro de 1999, o Fundo BNU Japão registou, desde o seu lançamento, uma valorização absoluta de 29,4% (o que corresponde a uma rentabilidade anualizada de 137,7%) superando o índice da Bolsa de Tóquio: Toppix.

BNU Japão — variação percentual do valor da unidade de participação em 1999



No final do ano e dois meses após o seu lançamento, a carteira do Fundo totalizava 16,6 milhões de euros, integrando 99% de acções nipónicas e 1% de aplicações monetárias, distribuídos por 2 548 857 unidades de participação em circulação.

5 — Actividade da sociedade

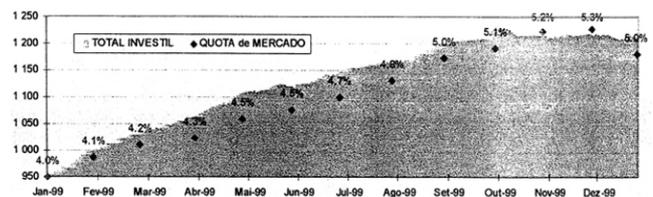
A Investil prosseguiu durante este exercício a actividade de gestão de fundos de investimento, procurando adequar os meios às necessidades, por forma a continuar a garantir elevados padrões de qualidade e oferecer aos investidores produtos inovadores e competitivos, assegurando, simultaneamente, o necessário controlo interno e o cumprimento rigoroso das normas de supervisão, quer da sociedade, quer dos fundos que gere.

5.1 — Património gerido

Os activos dos Fundos de Investimento geridos pela sociedade passaram de 943 milhões de euros em Dezembro de 1998 para 1213 milhões de euros no final deste exercício, representando um crescimento de 28,6%. Este crescimento é tanto mais significativo quanto o mercado nacional de fundos de investimento não ultrapassou, no mesmo período, 1% de variação, facto que se reflectiu na evolução da quota de mercado, a qual passou de 3,9% no final de 1998, para 5,0% no final deste exercício.

Volume sob gestão

Milhões de euros



No cumprimento do plano de actividades oportunamente aprovado, foram este ano lançados dois novos fundos de acções, o Fundo BNU Euro — Índice, vocacionado para investimentos na zona euro e o Fundo BNU Japão, destinado a investimentos de empresas cotadas nas bolsas japonesas, cujo desempenho já foi referido no ponto 4.º deste relatório.

Procurou-se, com o lançamento destes novos fundos, atenuar o desequilíbrio da estrutura do património gerido, no qual os fundos com acções, incluindo os fundos de fundos, representam apenas cerca de 14% do total, apesar da melhoria de dois pontos percentuais registada no exercício. Este desequilíbrio reflecte-se num crescimento das comissões cobradas inferior ao crescimento dos activos geridos, como adiante é referido no ponto 6.º

5.2 — Meios técnicos e humanos

Ao nível dos meios técnicos salienta-se a actualização do equipamento informático (*hardware e software*), em parte exigido pela preparação para a passagem do ano 2000, a qual decorreu sem problemas e ainda a substituição do equipamento de telecomunicações,

com vista a garantir, quer uma maior operacionalidade das comunicações, quer maior racionalização e controlo na utilização dos equipamentos.

Os meios humanos registaram um acréscimo de apenas um efectivo, passando de 16 para 17 o número de empregados. O acréscimo de tarefas derivado quer do lançamento de dois novos fundos, quer da

intensificação das operações e bem assim a preocupação de manter a qualidade na gestão e controlo dos fundos geridos, justificam este reforço do quadro de colaboradores.

Paralelamente, prosseguiu-se uma política de formação e valorização profissional, através da participação em seminários especializados e outras acções de formação/actualização.

Evolução da produtividade nos últimos cinco anos

(Em milhares de contos)

	1995	1996	1997	1998	1999
Comissões totais (a)	1 524	1 444	1 675	1 937	2 280
Resultados líquidos	70	64	79	112	118
Cash-flow	95	108	184	135	148
Custos com o pessoal	87	94	94	125	133
Número de empregados	15	14	14	16	17
Activos sob gestão/número de empregados	6 502	8 280	10 721	11 822	14 304
Comissões totais/número de empregados	102	103	120	121	134
Resultados líquidos/número de empregados	4,7	4,6	5,6	7,0	7,0
Cash-flow/número de empregados	6,4	7,7	13,1	8,4	8,7

(a) Inclui comissões para a sociedade gestora, para o banco depositário e comissões de subscrição e resgate.

5.3 — Apoio a rede de vendas

A formação, actualização e dinamização da rede de vendas, constituiu uma das principais preocupações no decurso deste exercício, quer através da realização de acções de esclarecimento e actualização, quer através de contactos regulares — pessoais ou telefónicos — com atendedores, gestores de conta e gestores de mercado.

O aperfeiçoamento do *site* da sociedade na internet, bem como a produção de informação actualizada e divulgada junto da rede, parte dela em tempo real através da rede informática, constituíram um factor decisivo na evolução registada na colocação dos fundos da sociedade.

Em resumo, pode afirmar-se que os objectivos específicos traçados no Plano de Actividades para 1999 — aumentar a quota de mercado, aumentar o nível das comissões, melhorar a produtividade, melhorar a informação destinada à rede e aos clientes, reforçar a motivação dos colaboradores e da força de vendas — foram alcançados e alguns ultrapassaram a meta quantitativa previamente fixada.

6 — Resultados do exercício

6.1 — Análise dos resultados

Os proveitos totais da Investil atingiram, neste exercício, o montante de 529 633 contos. Destes, 503 344 contos dizem respeito a comissões cobradas aos fundos, o qual, comparado com 423 076 contos cobrados no exercício anterior, traduzem um crescimento de cerca de 19%. O diferencial de evolução das comissões face à evolução do património gerido, tem a ver com o peso reduzido dos fundos de acções — aqueles que melhores comissões proporcionam — no total do património gerido e com o maior crescimento registado nos fundos de tesouraria e nos fundos de obrigações.

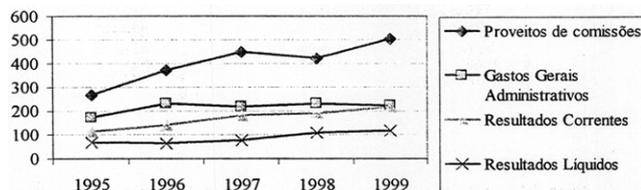
Os gastos gerais administrativos atingiram 221 397 contos e compreendem já o financiamento de parte das responsabilidades do Fundo de Pensões relativas a serviços passados, no total de 7840 contos, conforme se refere na nota n.º 24 das demonstrações financeiras.

Os resultados correntes situam-se nos 219 149 contos, os quais, após deduzidas as perdas extraordinárias e as provisões para impostos, conduzem a um resultado líquido de 118 583 contos. Comparado com o mesmo indicador relativo ao exercício de 1998, este valor evidencia um crescimento de 6,1% e ultrapassa as previsões do orçamento de exploração em 3,7%.

A taxa de remuneração do capital social atinge 29,6% e a dos capitais próprios situa-se nos 11,4%, valores que comparam com 28% e 11%, respectivamente, em 1998.

Evolução nos últimos cinco anos

Milhares de contos



6.2 — Proposta de aplicação dos resultados

O conselho de administração propõe que aos resultados seja dada a seguinte aplicação:

Reserva legal	12 082 823\$20
À disposição da assembleia geral	7 500 000\$00
Dividendo	99 000 000\$00
	<u>118 582 823\$20</u>

7 — Nota final

O conselho não pode deixar de expressar uma palavra de agradecimento:

Ao Dr. António Luís Neto, que durante quatro anos desempenhou com elevada competência, grande dedicação e total empenhamento as funções de presidente do conselho de administração da sociedade;

Ao fiscal único e ao revisor oficial de contas dos fundos pelo apoio prestado;

Ao banco depositário e às entidades supervisoras pela colaboração e disponibilidade sempre manifestadas;

Aos colaboradores da sociedade pelo seu contributo para o desenvolvimento da empresa;

A todos os participantes dos fundos geridos pela sociedade pela confiança manifestada.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2000. — O Conselho de Administração: *Manuel Sotto Mayor Coelho de Sousa*, presidente — *Alfredo Augusto Anes Gonçalves*, administrador-delegado — *António Francisco Araújo Pontes*, vogal — *João Adriano Antunes Ribeiro*, vogal — *Fernando Marques Pereira*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Participações no capital

	Número de acções	Número de votos	Porcentagem
Banco Nacional Ultramarino, S. A.	33 600	672	84
Companhia Europeia de Seguros, S. A.	3 200	64	8
Companhia de Seguros Metrópole, S. A.	3 200	64	8
	<u>40 000</u>	<u>800</u>	<u>100</u>

O Conselho de Administração: *Manuel Sotto Mayor Coelho de Sousa*, presidente — *Alfredo Augusto Anes Gonçalves*, administrador-delegado — *António Francisco Araújo Pontes*, vogal — *João Adriano Antunes Ribeiro*, vogal — *Fernando Marques Pereira*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	50	—	50	50
2 — Disponibilidades a vista sobre instituições de crédito	6 522	—	6 522	6 725
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento	826 267	—	826 267	758 665
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	826 267	—	826 267	758 665
9 — Imobilizações incorpóreas	31 490	— 28 863	2 627	4 685
10 — Imobilizações corpóreas	480 826	— 226 475	254 351	269 400
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	374 664	— 145 904	228 760	234 380
13 — Outros activos	49 904	—	49 904	39 858
15 — Contas de regularização	24 851	—	24 851	9 627
<i>Total do activo</i>	1 419 910	— 255 338	1 164 572	1 089 010

PASSIVO

	1999	1998
2 — Débitos para com clientes	—	—
b) Outros débitos à vista	—	—
4 — Outros passivos	76 243	53 918
5 — Contas de regularização	43 132	15 479
6 — Provisões diversas	7 500	—
9 — Capital subscrito	400 000	400 000
11 — Reservas	419 533	408 253
12 — Reservas de reavaliação	99 581	99 581
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	118 583	111 779
<i>Total do passivo</i>	1 164 572	1 089 010

Rubricas extrapatrimoniais:

Código das contas	1999	1998
95 Valores administrados pela instituição	243 142 288	189 134 096

O Conselho de Administração: *Manuel Sotto Mayor Coelho de Sousa*, presidente — *Alfredo Augusto Anes Gonçalves*, administrador-delegado — *António Francisco Araújo Pontes*, vogal — *João Adriano Antunes Ribeiro*, vogal — *Fernando Marques Pereira*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, *Joaquim Loiro Pereira da Rosa*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1999

DÉBITOS

	1999	1998
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	311	447
2 — Comissões	51 919	19 910
3 — Prejuízo em operações financeiras	2 398	634
4 — Gastos gerais administrativos	221 397	214 371
a) Custos com pessoal	133 809	124 821
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	101 878	33 786
(— encargos sociais)	31 931	41 035
b) Outros gastos administrativos	87 588	89 550

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
5 — Amortizações do exercício	21 825	23 140
6 — Outros custos de exploração	432	413
7 — Provisões diversas	7 500	—
10 — Resultado da actividade corrente	219 149	191 765
11 — Perdas extraordinárias	14 564	1 740
13 — Impostos sobre lucros	76 172	67 728
14 — Outros impostos	14 532	13 755
15 — Lucro do exercício	118 583	111 779
<i>Total</i>	529 633	453 917

CRÉDITOS

	1999	1998
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	21 587	27 537
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	21 587	27 496
3 — Comissões	503 344	423 076
4 — Lucros em operações financeiras	—	67
5 — Reposição e anulação de provisões	—	—
9 — Ganhos extraordinários	4 702	3 237
<i>Total</i>	529 633	453 917

O Conselho de Administração: *Manuel Sotto Mayor Coelho de Sousa*, presidente — *Alfredo Augusto Anes Gonçalves*, administrador-delegado — *António Francisco Araújo Pontes*, vogal — *João Adriano Antunes Ribeiro*, vogal — *Fernando Marques Pereira*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, *Joaquim Loiro Pereira da Rosa*.

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998 e 1999

(N.ºs 1, 2 e 3 do capítulo VI do Plano de Contas para o Sistema Bancário)

1 — Introdução:

A Investil — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., foi constituída em 6 de Maio de 1986, sendo o seu objecto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados. Em 31 de Dezembro de 1999, a sociedade era responsável pela gestão dos seguintes fundos abertos:

Fundo de Investimento Mobiliário BNU Acções;
 Fundo de Investimento Mobiliário Invest;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Internacional;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Oriente Crescimento;
 Fundo de Investimento Mobiliário Invest Obrigações;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Obrigações;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Rendimento — Fundo de Tesouraria;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Tesouraria — Fundo de Tesouraria;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Prestígio;
 Fundo de Poupança em Acções BNU PPA;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Renda Mensal;
 Fundo de Investimento Mobiliário Fundo de Fundos 1;
 Fundo de Investimento Mobiliário Fundo de Fundos 2;
 Fundo de Investimento Mobiliário Fundo de Fundos 3;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Gestão Activa Tesouraria — Fundo de Tesouraria;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Gestão Activa Obrigações;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Gestão Activa Acções;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Euro-Índice;
 Fundo de Investimento Mobiliário BNU Japão.

Em 1999 foram lançados os Fundos BNU Euro-Índice e BNU Japão, iniciando-se a sua actividade em 15 de Março de 1999 e 13 de Setembro de 1999, respectivamente.

As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Nacional Ultramarino, S. A., para todos os fundos geridos pela sociedade, excepto para o Fundo Invest, as quais são da responsabilidade conjunta do Banco Bilbao Vizcaya, S. A., e do Banco Nacional Ultramarino, S. A.

2 — Não existem situações em que os valores constantes de uma rubrica do balanço poderiam, no todo ou em parte, ser incluídos noutras rubricas.

Na comparação da demonstração dos resultados do ano com a do exercício anterior deve ter-se em consideração que, em 31 de Dezembro de 1998 o montante das comissões a *advisers* estava posicionado na rubrica de gastos gerais administrativos (outros gastos administrativos) tendo-se procedido em 1999 à sua reclassificação na rubrica de comissões.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e regulamentação complementar.

3.1 — *Especialização de exercícios.* — Os proveitos e custos reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados nas contas de resultados quando se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

3.2 — *Comissões:*

i) Comissão de gestão:

A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos Fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa, definida nos respectivos regulamentos, sobre o património líquido dos Fundos. A sua liquidação é efectuada mensalmente e encontram-se registadas como proveitos na rubrica de comissões [nota n.º 39, alínea b)].

Em 1999 (a partir de 6 de Janeiro) e em 1998 (a partir de 5 de Janeiro) as taxas anuais corresponderam às percentagens a seguir indicadas:

	(Em percentagem)	
	1999	1998
BNU Ações	0,500	0,700
Invest	1,800	1,800
BNU Internacional	0,900	0,950
BNU Oriente Crescimento	0,900	0,950
Invest Obrigações	0,200	0,200
BNU Obrigações	0,200	0,200
BNU Rendimento — Fundo de Tesouraria	0,100	0,200
BNU Tesouraria — Fundo de Tesouraria	0,080	0,080
BNU Prestígio	0,010	0,010
BNU PPA	1,500	1,750
BNU Renda Mensal	0,200	0,200
Fundo de Fundos 1	0,100	0,100
Fundo de Fundos 2	0,100	0,100
Fundo de Fundos 3	0,100	0,100
BNU Gestão Activa Tesouraria — Fundo de Tesouraria	0,200	0,200
BNU Gestão Activa Obrigações	0,200	0,200
BNU Gestão Activa Ações	0,500	0,500
BNU Euro-Índice	0,750	—
BNU Japão	1,000	—

ii) Comissão do banco depositário:

A comissão do banco depositário é da responsabilidade directa dos Fundos.

iii) Comissão de resgate:

Esta comissão reverte integralmente a favor do banco depositário, à excepção do Fundo Invest, relativamente ao qual a sociedade gestora cobra 25% da comissão, sendo os restantes 75% receita do banco depositário. Esta comissão é cobrada aos subscritores no acto de reembolso dos certificados representativos das unidades de participação, de acordo com o estipulado no Regulamento de Gestão do Fundo Invest.

3.3 — *Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.* — Os certificados de depósito são registados ao custo de aquisição, o qual corresponde ao respectivo valor nominal. Os juros a receber são registados em contas de regularização, do activo.

Os títulos de rendimento fixo — outros emissores emitidos com base no valor nominal são registados ao valor de aquisição. Os juros corridos são contabilizados na conta de proveitos a receber. A periodificação de juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto verificado por ocasião da compra é repartido de modo escalonado através da movimentação da conta «25 — Títulos» por contrapartida da respectiva conta de proveitos/custos.

3.4 — *Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas referem-se a custos incorridos com a aquisição de *software* contabilístico e de gestão das carteiras de títulos. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

3.5 — *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, à excepção dos imóveis e de algum mobiliário. Estes encontram-se registados ao custo, reavaliado com base nos coeficientes oficiais de desvalorização monetária, estabelecidos nos seguintes diplomas:

Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pela legislação em vigor, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Imóveis	50
Mobiliário e material	8-10
Material de transporte	3-4
Instalações interiores	10
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5-12
Equipamento de segurança	8
Património artístico	4-8

3.7 — *Locação financeira.* — De acordo com o Decreto-Lei n.º 410/89, de 29 de Novembro, os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados por igual montante no activo imobilizado e no passivo processando-se as respectivas amortizações.

As contas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização de capital. Os juros suportados são registados como encargos financeiros.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vencem em 2000:

Em 31 de Dezembro de 1999, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	(Em milhares de escudos)	
	Montante	Data de vencimento
De outros emissores:		
Certificados de depósito	180 000	10-2-2000
	140 000	10-2-2000

10 — Inventário da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 1999:

	(Em escudos)				
	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos:					
1 — Títulos de rendimento fixo emitidos por residentes					826 267 154
1.1 — De outros emissores públicos nacionais					506 267 154
A médio e a longo prazos					506 267 154
Parque Expo 98/91 — 1.ª emissão	500 000	1 000	1012,5	999,9	506 267 154
1.2 — Obrigações do tesouro:					
A médio e a longo prazos					320 000 000
Certificados de depósitos					320 000 000
Total					826 267 154

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

11.1 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados	28 787	26 160	2 627	4 685
Custos plurianuais	2 703	2 703	—	—
	<u>31 490</u>	<u>28 863</u>	<u>2 627</u>	<u>4 685</u>

O movimento ocorrido no valor bruto durante o exercício de 1999, foi o seguinte:

	Valor bruto em 31 de Dezembro de 1998	Aquisições	Valor bruto em 31 de Dezembro de 1999
Sistemas de tratamento automático de dados	28 125	662	28 787
Custos plurianuais	2 703	—	2 703
	<u>30 828</u>	<u>662</u>	<u>31 490</u>

O movimento ocorrido nas amortizações acumuladas durante o exercício de 1999 foi o seguinte:

	Valor em 31 de Dezembro de 1998	Adições	Valor em 31 de Dezembro de 1999
Sistemas de tratamento automático de dados	23 440	2 720	26 160
Custos plurianuais	2 703	—	2 703
	<u>26 143</u>	<u>2 720</u>	<u>28 863</u>

11.2 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	1999		1998	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis:				
Custos de aquisição	274 198	128 322	145 876	149 989
Reavaliação	100 466	17 582	82 884	84 391
	<u>374 664</u>	<u>145 904</u>	<u>228 760</u>	<u>234 380</u>
Mobiliário e material				
Material de transporte	28 076	25 760	2 316	2 989
Instalações interiores	24 035	16 336	7 699	13 707
Equipamento informático	1 990	1 159	831	1 030
Máquinas e ferramentas	29 594	24 253	5 341	6 372
Equipamento de segurança	10 018	6 278	3 740	3 403
Património artístico	240	179	61	91
Material de transporte em locação financeira	6 828	1 225	5 603	5 631
	<u>5 381</u>	<u>5 381</u>	<u>—</u>	<u>1 797</u>
	<u>480 826</u>	<u>226 475</u>	<u>254 351</u>	<u>269 400</u>

O movimento ocorrido no valor bruto durante o exercício de 1999, foi o seguinte:

	Valor bruto em 31 de Dezembro em 1998	Aquisições	Abates	Valor bruto em 31 de Dezembro em 1999
Imóveis	374 664	—	—	374 664
Mobiliário e material	27 356	720	—	28 076
Material de transporte	24 035	—	—	24 035

(Em milhares de escudos)

	Valor bruto em em 31 de Dezembro em 1998	Aqui- sições	Abates	Valor bruto em 31 de Dezembro em 1999
Instalações interiores	1 990	—	—	1 990
Equipamento informático	27 781	1 813	—	29 594
Máquinas e ferramentas	9 996	1 929	1 907	10 018
Equipamento de segurança	240	—	—	240
Património artístico	6 828	—	—	6 828
Material de transporte em locação financeira	5 381	—	—	5 381
	<u>478 271</u>	<u>4 462</u>	<u>1 907</u>	<u>480 826</u>

O movimento ocorrido nas amortizações acumuladas durante o exercício de 1999, foi o seguinte:

	Valor em 31 de Dezembro de 1998	Adições	Abates	Valor em 31 de Dezembro de 1999
Imóveis	140 284	5 620	—	145 904
Mobiliário e material	24 367	1 393	—	25 760
Material de transporte	10 327	6 009	—	16 336
Instalações interiores	960	199	—	1 159
Equipamento informático	21 409	2 844	—	24 253
Máquinas e ferramentas	6 593	1 186	1 501	6 278
Equipamento de segurança	149	30	—	179
Património artístico	1 197	28	—	1 225
Material de transporte em locação financeira	3 584	1 797	—	5 381
	<u>208 870</u>	<u>19 106</u>	<u>1 501</u>	<u>226 475</u>

Imobilizações incorpóreas e corpóreas em 31 de Dezembro de 1999:

Designação	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rência	Amortização do exercício	Regula- rização	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 1999
	Valor bruto	Amortização acumulada	Aquisição	Reava- liação (líquido)					
Imobilizações incorpóreas	30 828 299,0	26 143 413,2	661 635,0	—	—	2 720 040,0	—	—	2 626 480,8
Custos plurianuais	2 703 428,0	2 703 428,0	—	—	—	—	—	—	—
Sistema de tratamento de dados	28 124 871,0	23 439 985,2	661 635,0	—	—	2 720 040,0	—	—	2 626 480,8
Imobilizações corpóreas	478 270 799,6	208 870 723,7	4 462 505,0	—	—	19 104 742,2	—	406 358,4	254 351 480,3
Imóveis de serviço próprio	374 663 873,9	140 283 833,9	—	—	—	5 619 960,0	—	—	228 760 080,0
Equipamento	91 397 860,3	63 806 240,4	4 462 505,0	—	—	11 659 675,6	—	406 358,4	19 988 090,9
Património artístico	6 827 869,4	1 196 773,4	—	—	—	27 786,6	—	—	5 603 309,4
Locação financeira — equipamento	5 381 196,0	3 583 876,0	—	—	—	1 797 320,0	—	—	—
<i>Totais</i>	509 099 098,6	235 014 436,9	5 124 140,0	—	—	21 824 782,2	—	406 358,4	256 977 961,1

15 — Reavaliação de imobilizações:

Não foram efectuadas reavaliações do imobilizado no exercício de 1999.

24 — Pensões de reforma e sobrevivência:

Os colaboradores da sociedade estão inscritos no regime geral de segurança social. Adicionalmente, a sociedade assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência e garante também complementos relativos a reformas antecipadas a partir dos 55 anos. Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 1999, foi efectuado um estudo actuarial pela Vanguarda, considerando os seguintes pressupostos e bases técnicas (em percentagem):

Método actuarial	<i>Projected unit credit</i>
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	2
Taxa de crescimento salarial	2
Taxa de rendimento do fundo	4

De acordo com este estudo, as responsabilidades por serviços passados dos activos em 31 de Dezembro de 1999 totalizavam 51 919 contos. Para fazer face às suas responsabilidades, a sociedade dispõe de unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto Horizonte, gerido pela Vanguarda — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. (Vanguarda), cujo valor em 31 de Dezembro de 1999, era de 29 293 contos. Entendeu-se que o valor do défice actuarial de 22 626 contos seja regularizado da seguinte forma:

27 — Acréscimos e diferimentos de proveitos e custos:

	1999	1998
Saldos das seguintes contas do activo:		
Juros a receber de aplicações	7 739	2 787
Despesas com custo diferido/fundo de pensões	14 786	—
Despesas com custo diferido/outras	2 326	1 960
Out. reg. juros liquidados	—	4 880
	<u>24 851</u>	<u>9 627</u>

Saldos das seguintes contas do passivo:

Provisão para férias e subsídio de férias	18 656	12 676
Custos de 1999 a pagar fundo pensões	7 840	—
Outros custos a pagar	1 850	1 834
Operações a regularizar fundo pensões	14 786	—
Outras contas de regularização	—	969
	<u>43 132</u>	<u>15 479</u>

29 — Capitais próprios:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o capital da sociedade encontrava-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 40 000 acções de valor nominal de 10 000 escudos cada. Nestas datas a estrutura accionista era a seguinte:

	Porcen- tagem da participa- ção	Montante
Banco Nacional Ultramarino, S. A.	84	336 000
Zurich — Companhia de Seguros, S. A.	8	32 000
Companhia de Seguros Europeia, S. A.	8	32 000
	<u>100</u>	<u>400 000</u>

O movimento ocorrido nas reservas e resultado líquido do exercício durante 1999 e 1998 foi o seguinte:

	Reservas				Lucro líquido do exercício
	Legal	Livre	De reavaliação	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 1997	113 280	287 073	99 581	499 934	78 880
Movimentos no exercício de 1998:					
Distribuição de dividendos a accionistas	—	—	—	—	(65 480)
Distribuição a colaboradores	—	—	—	—	(5 500)
Transferência para reservas	7 900	—	—	7 900	(7 900)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	111 779
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	121 180	287 073	99 581	507 834	111 779
Movimentos no exercício de 1999:					
Distribuição de dividendos a accionistas	—	—	—	—	(94 000)
Distribuição a colaboradores	—	—	—	—	(6 500)
Transferência para reservas	11 279	—	—	11 279	(11 279)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	118 583
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	132 459	287 073	99 581	519 113	118 583

A legislação em vigor estabelece que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva não pode ser distribuída, excepto em caso de liquidação da sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas todas as outras reservas.

De acordo com a legislação em vigor, as reservas de reavaliação não podem ser distribuídas, podendo em determinadas circunstâncias ser utilizadas em futuros aumentos do capital da sociedade ou em outras situações especificadas na legislação.

31 — Desenvolvimento da rubrica de outros activos e de outros passivos:

a) Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	1999	1998
Comissões de gestão a receber	47 783	39 847
Outros devedores	2 121	11
	49 904	39 858
b) Outros passivos:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	1999	1998
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	31 203	9 860
Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira	1 692	3 372
Outros fornecedores	7 780	7 778
Fundo de pensões (a)	—	20 673
Comissão a pagar a <i>advisers</i> (Dao Heng Fund Management, Ltd.)	2 424	3 733
<i>Carnegie</i>	27 714	3 913
Segurança social	2 139	1 587
Contribuição autárquica	1 240	1 240
Impostos retidos a terceiros	1 678	1 027
Outros	373	735
	76 243	53 918

(a) Em 1999 as contribuições para o Fundo de Pensões encontram-se posicionadas no balanço em outros custos a pagar no valor de 7840 contos e na rubrica de despesas com custo diferido no montante de 14 786 contos.

32 — Fundos administrados em nome próprio mas por conta de outrem:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, esta rubrica incluía os activos dos Fundos geridos pela sociedade, que correspondiam aos seguintes valores patrimoniais líquidos:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
BNU Acções	6 106 802	7 088 546
Invest	4 070 605	5 214 258
BNU Internacional	5 186 752	4 140 194
BNU Oriente Crescimento	3 324 927	2 008 555
Invest Obrigações	13 364 403	10 639 457
BNU Obrigações	76 551 240	62 494 091
BNU Rendimento — Fundo de Tesouraria	15 871 011	14 243 290
BNU Tesouraria — Fundo de Tesouraria	60 199 259	48 129 895
BNU Prestígio	20 839 839	12 968 848
BNU PPA	1 809 310	1 454 237
BNU Renda Mensal	15 516 695	6 787 399
Fundo de Fundos 1	3 673 963	5 728 018
Fundo de Fundos 2	1 585 563	1 804 371
Fundo de Fundos 3	1 007 957	1 103 397
BNU Gestão Activa Tesouraria	2 413 096	529 157
BNU Gestão Activa Obrigações	3 104 539	3 495 534
BNU Gestão Activa Acções	1 222 310	1 304 849
BNU Euro-Índice	3 961 030	—
BNU Japão	3 332 987	—
	243 142 288	189 134 096

34 — Efectivo de trabalhadores:

O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço da Investil em 1999, distribuído por categorias, foi o seguinte:

Direcção — 3;
Funções técnicas — 8;
Funções administrativas — 6.

35 — Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização:

As remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização foram, no ano de 1999, as seguintes (em milhares de escudos):

Mesa da assembleia geral	180
Conselho de administração	20 740
Fiscal único	1 420
	22 340

36 — Serviços de gestão e de representação a terceiros:

A sociedade presta serviços de gestão e representação aos Fundos de Investimento Mobiliário já mencionados na nota n.º 32.

37 — Valores em moeda estrangeira:

Os valores constantes do balanço originalmente expressos em moeda estrangeira (comissões de *advisers*) foram contabilizados no final do ano ao câmbio de 31 de Dezembro de 1999.

38 — Ventilações dos proveitos por mercados geográficos:

Todos os proveitos da Investil foram gerados em Portugal.

39 — Principais componentes das seguintes rubricas:

a) Custos:

	1999	1998
Rubrica 4, alínea b) — outros custos administrativos:		
Água, energia e combustíveis	3 581	5 110
Impressos, material consumo corrente	2 970	2 310
Publicações	3 394	1 918
Fornecimentos diversos	4 633	3 424
Despesas de comunicação	12 879	14 912
Deslocação e estadas	9 860	10 651
Publicidade obrigatória	7 264	7 396
Publicidade não obrigatória	18 026	14 401
Custos com trabalho independente	6 995	8 293
Conservação e reparação	2 300	1 508
Seguros	2 350	2 500
Judicioso e notariado	10	35
Outros serviços	13 326	17 092
	87 588	89 550
Rubrica 6 — outros custos de exploração	432	413
Rubrica 11 — perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	2 652	1 624
Menos-valias na venda de imobilizado	406	—
Outras perdas extraordinárias	11 506	116
	14 564	1 740

b) Proveitos:

	1999	1998
Rubrica 3 — comissões:		
Comissões de gestão:		
BNU Acções	30 563	53 661
Invest	82 676	72 075
BNU Internacional	37 946	32 956
BNU Oriente Crescimento	23 939	24 225
Invest Obrigações	26 133	20 466
BNU Obrigações	148 470	107 739
BNU Rendimento — Fundo de Tesouraria	15 573	28 414
BNU Tesouraria — Fundo de Tesouraria	46 487	34 801
BNU Prestígio	1 777	1 122
BNU PPA	20 958	19 069
BNU Renda Mensal	24 942	10 957
Fundo de Fundos 1	4 456	6 976
Fundo de Fundos 2	1 629	1 831
Fundo de Fundos 3	992	934
BNU Gestão Activa Tesouraria	2 913	550
BNU Gestão Activa Obrigações	8 347	2 829
BNU Gestão Activa Acções	6 340	2 128
BNU Euro-Índice	13 996	—
BNU Japão	4 712	—
Comissões de resgate:		
Invest	495	2 343
	503 344	423 076

	1999	1998
Rubrica 9 — ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exercícios anteriores ...	2 492	2 391
Mais-valias na venda de imobilizado	—	75
Outros ganhos extraordinários	2 210	771
	4 702	3 237

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas — IRC e respectiva derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de cinco anos (10 anos para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais da sociedade respeitantes aos exercícios de 1995 a 1999 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O conselho de administração da sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

	Imposto sobre o rendimento		
	1999	1998	1997
Carga fiscal estimada	76 172	67 728	86 933
Carga fiscal imputada	—	65 286	84 872
Pagamentos por conta e retenções na fonte	46 497	57 868	32 277
Reembolso (efectuado no exercício seguinte)	—	—	—
Entrega adicional (efectuado no exercício seguinte)	—	7 418	52 595
Outros ganhos e perdas relativas a exercícios anteriores ...	—	+ 2 442	+ 2 061

43 — Inclusão das contas da sociedade nas contas consolidadas de outra instituição.

As contas da Investil estão incluídas nas contas consolidadas do BNU — Banco Nacional Ultramarino, S. A., cuja sede social é na Avenida 5 de Outubro, 175, em Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os principais saldos com empresas do Grupo eram os seguintes:

	1999	1998
Banco Nacional Ultramarino, S. A.:		
Contas de balanço:		
Depósito à ordem	6 522	6 725
Certificados de depósito	320 000	250 000
Outros passivos	1 010	27
Contas de proveitos e custos:		
Juros e proveitos equiparados	6 626	2 391
Custos com pessoal	20 740	15 571

45 — Operações de locação financeira:

Os montantes respeitantes a operações de locação financeira encontram-se relevados nas seguintes rubricas do balanço:

Rubrica 10 — imobilizações corpóreas:

Imobilizado bruto — 5381 contos;
Amortizações acumuladas — 5381 contos.

Rubrica 4 — outros passivos:

Fornecedores de imobilizado — 1692 contos.

As restantes notas mencionadas no capítulo VI, n.ºs 1, 2, 3 do Plano de Contas para o Sistema Bancário, não se aplicam à Investil.

O Conselho de Administração: *Manuel Sotto Mayor Coelho de Sousa*, presidente — *Alfredo Augusto Anes Gonçalves*, administrador-delegado — *António Francisco Araújo Pontes*, vogal — *João Adriano Antunes Ribeiro*, vogal — *Fernando Marques Pereira*, vogal. — O Director Administrativo e Financeiro, *Joaquim Loiro Pereira da Rosa*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Investil — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 1 164 572 contos e um total de capital próprio de 1 037 697 contos, incluindo um resultado líquido de 118 583 contos), a demonstração dos resultados e as notas às demonstrações financeiras elaborados de acordo com o estabelecido pelo plano de contas para o sistema bancário e pelas instruções do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade ou não do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Na nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Investil — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2000. — *Silva Neves & Teresa Marques*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Joaquim Manuel da Silva Neves*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a VV. Ex.^{as}, o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida na qualidade de fiscal único da Investil — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., ao longo do exercício de 1999 e o parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999 que nos foram presentes pelo conselho de administração.

2 — No desempenho das nossas funções legais e em cumprimento do mandato que VV. Ex.^{as} nos conferiram, acompanhámos durante o

exercício de 1999, a actividade desenvolvida pela Investil tendo recebido do conselho de administração e dos serviços todos os elementos necessários ao desempenho das nossas funções.

3 — Procedemos com regularidade à verificação dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte e efectuámos os testes e outros procedimentos com a profundidade que considerámos adequada nas circunstâncias.

4 — Ao longo do ano, analisámos sistematicamente os balancetes da contabilidade e os mapas de controlo orçamental da gestão dos fundos e confirmámos, por amostragem, os diversos valores activos e passivos da sociedade bem como a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados.

5 — No final do exercício, analisámos o relatório de gestão que consideramos estar elaborado nos termos legais e de acordo com as contas do exercício. O relatório descreve com profundidade e rigor a evolução do meio envolvente e da actividade da sociedade gestora e dos fundos geridos pela Investil durante o exercício de 1999.

6 — As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999 e que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados e as notas às demonstrações financeiras, foram elaborados de acordo com o estabelecido pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário e pelas instruções do Banco de Portugal.

7 — Como revisores oficiais de contas emitimos a certificação legal das contas e apresentámos o nosso relatório anual da fiscalização, documentos que aqui se dão como reproduzidos.

8 — Como fiscal único apreciamos a acção desenvolvida e iniciativas adoptadas pelo conselho de administração ao longo do exercício a quem agradecemos, bem como aos quadros da empresa, a colaboração que nos foi prestada e a total receptividade ao desempenho das nossas funções.

9 — Tendo em consideração a certificação legal das contas que nesta data emitimos, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados e as notas às demonstrações financeiras da Investil — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., referentes a 1999;

b) Seja aprovada a proposta do conselho de administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;

c) Se proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos e para os efeitos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2000. — O Fiscal Único: *Silva Neves & Teresa Marques*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Joaquim Manuel da Silva Neves*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 27 da assembleia geral

Aos 24 dias do mês de Março do ano 2000, reuniu pelas 10 horas no Campo Grande, 46, 1.º, em Lisboa, a assembleia geral da Investil — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

A assembleia geral foi convocada para reunir nos termos previstos no artigo n.º 54 do Código das Sociedades Comerciais com a finalidade exclusiva de:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 1999;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

A presidente da mesa Dr.ª Marta de Medina Cochat-Osório declarou aberta a sessão, após o que verificou estarem representados todos os accionistas da sociedade, conforme lista de presenças que fica arquivada e estarem igualmente todos de acordo em deliberar sobre os pontos constantes da convocatória.

Assim sendo, esclareceu que a assembleia geral podia funcionar e deliberar validamente nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Entrando no ponto 1.º da agenda e tendo sido dispensada a leitura do relatório de gestão, dado que o mesmo era de todos conhecido, foi

dada a palavra ao conselho de administração o qual, na pessoa do administrador-delegado, Dr. Alfredo Anes Gonçalves, fez uma exposição sobre a actividade da sociedade e dos fundos por ela geridos, tendo referido o bom desempenho, quer da sociedade quer dos fundos, e o cumprimento dos objectivos constantes do respectivo plano de actividades.

Como mais nenhum dos accionistas pretendesse intervir, foi submetido à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 1999, que foram aprovados por unanimidade.

Passando ao ponto 2.º, o accionista Banco Nacional Ultramarino, S. A., apresentou uma proposta de aplicação dos resultados líquidos a saber:

Para reserva legal	12 082 823\$20
Para distribuição de lucros a empregados, a título de prémio de produtividade	7 500 000\$00
Para dividendos	99 000 000\$00

Como nenhum accionista quisesse intervir foi a proposta posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto 3.º foi apresentada pelo accionista Banco Nacional Ultramarino, S. A., nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, proposta em que é formulado um voto de confiança ao conselho de administração e a cada um dos seus membros bem como ao fiscal único, para prosseguirem os seus mandatos, a qual foi aprovada por unanimidade.

Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente acta que vai ser assinada pela presidente da mesa e pelo secretário.

(Sem assinaturas.)

3000221159

MG PATRIMÓNIOS — SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S. A.

Relatório n.º 1-AS/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 66 909; identificação de pessoa colectiva n.º 501889086; data da inscrição: 22 de Abril de 2004.

Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico, ajudante principal, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2003, cuja publicação se pretende na íntegra.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 11 de Abril de 2005. — A Ajudante Principal (quadro paralelo), *Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico*.

Relatório e contas de 2003

Relatório do conselho de administração

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetem-se à apreciação de VV. Ex.ªs, o relatório de gestão, o balanço e os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

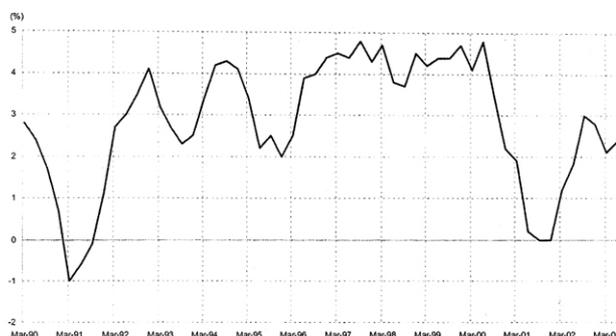
1 — Enquadramento macroeconómico

A economia mundial apresentou um forte crescimento na segunda metade de 2003, correspondendo assim aos estímulos induzidos pelas políticas expansionistas adoptadas. Por outro lado, parecem existir as condições para um crescimento económico global sincronizado, com as economias norte-americana e asiáticas, nomeadamente a China, a evidenciarem-se, e o Japão e a Europa a consolidarem a modesta e recente tendência de recuperação das suas economias. O crescimento anual terá atingido os 3,6% contra os 3,1% observados em 2002.

A economia norte-americana foi marcada por um sentimento negativo por parte dos empresários e consumidores. No início do ano, o indicador de confiança empresarial estava a um nível historicamente

baixo, contribuindo para os reduzidos valores de investimento e contrações no sector. As políticas expansionistas agressivas adoptadas pelo FED começaram a surtir efeitos no 3.º trimestre, período em que a economia cresceu a uma taxa anualizada de 8,2%, após os modestos 2% e 3,1% registados no 1.º e 2.º trimestres, respectivamente. A taxa anual subiu de 2,8% registado em Dezembro de 2002 para 4,3% no final do ano.

PIB nos EUA



Fonte. — Bureau of Economic Analysis.

No que respeita à inflação, 2003 foi um ano de combate à deflação nos EUA, através de políticas monetárias agressivas. Apesar deste risco ainda não ter desaparecido por completo, os últimos indicadores económicos e a subida do preço das matérias-primas diminuiu claramente a sua preponderância.

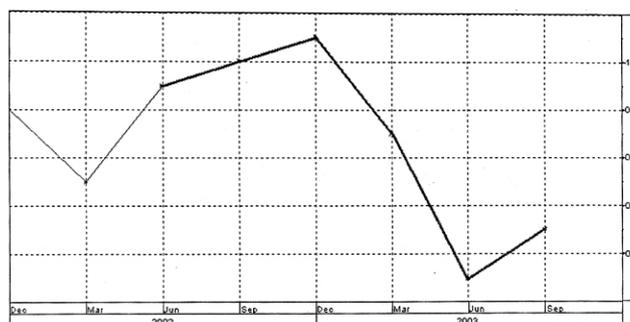
Inflação nos EUA



Fonte. — Bureau of Labor Statistics.

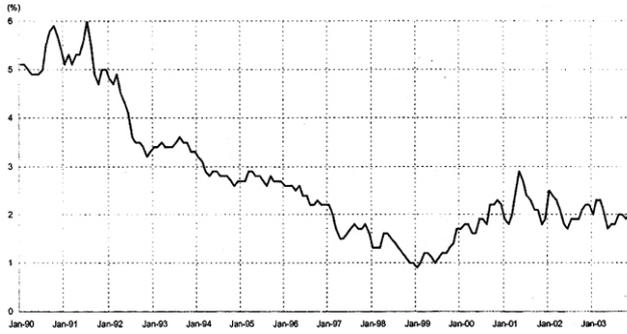
A economia europeia continuou a apresentar indicadores económicos modestos. No entanto após um crescimento negativo no 2.º trimestre, os três meses posteriores apresentaram uma evolução positiva, tendo aquele indicador registado +0,3%. Tal ficou a dever-se ao efeito do aumento das exportações, que beneficiaram com a melhoria do contexto internacional. O 4.º trimestre deverá confirmar esta tendência, estimando-se que o crescimento no final do ano se situe em 0,5%.

Taxa anual de crescimento económico na zona euro



Na Europa, a taxa de inflação apresentou um comportamento benigno, tendo oscilado em torno do limite de 2% fixado pelo BCE, não apresentando tendências preocupantes em termos de pressões inflacionistas ou deflacionistas.

Inflação na zona euro



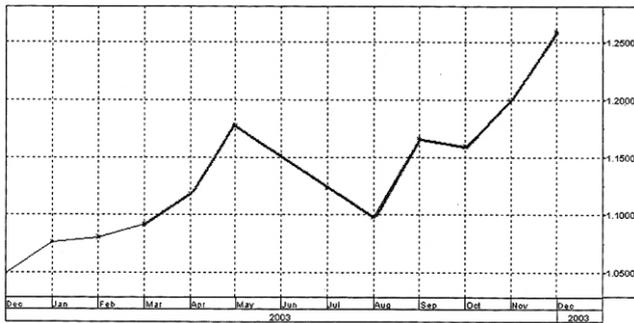
Fonte. — Eurostat.

2 — Mercados financeiros

2.1 — Mercados cambiais

O euro (EUR) valorizou-se contra o dólar norte-americano (USD), tendo cotado acima de 1,25, contra os 1,07 observados no início do ano. A valorização do euro levanta questões relativamente à competitividade dos produtos europeus e respectivo impacto na actividade exportadora; por outro lado, é benéfico para a procura interna, nomeadamente para o consumidor que beneficia devido à quebra dos preços dos produtos importados. O impacto deverá fazer-se sentir nos primeiros meses do corrente ano.

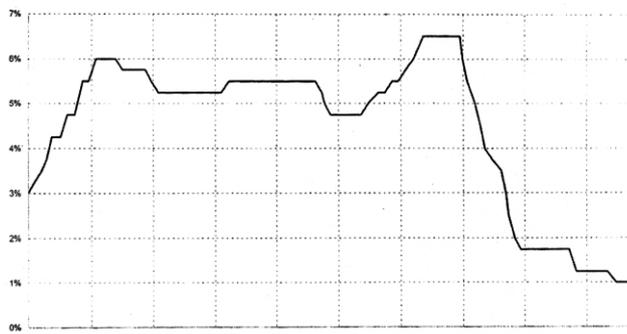
EUR/USD (2003)



2.2 — Mercado monetário

A Reserva Federal Norte-americana (FED) manteve uma política monetária expansionista, situando a taxa de juro de referência no final do ano em 1%, mantendo-se assim cautelosa face aos primeiros sinais de recuperação económica. De salientar que, na óptica do FED, estão reunidas as condições para o crescimento económico: taxas de juro reais baixas, nível de liquidez do mercado elevado e um mercado de crédito activo.

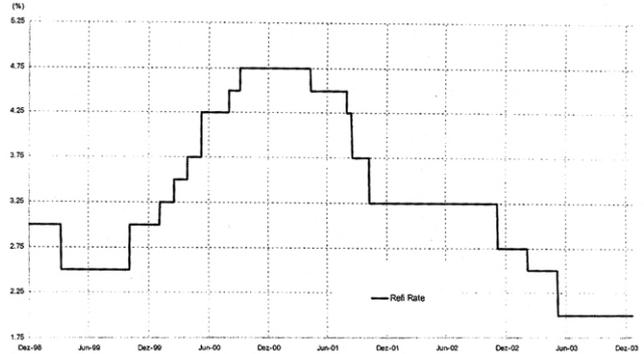
Fed funds rate



Fonte. — Federal Open Market Comittees.

À semelhança do que aconteceu com o congénere norte-americano, o Banco Central Europeu adoptou uma política monetária expansionista atendendo às fracas condições económicas prevaletentes e à inexistência de pressões inflacionistas.

Taxa refi do BCE



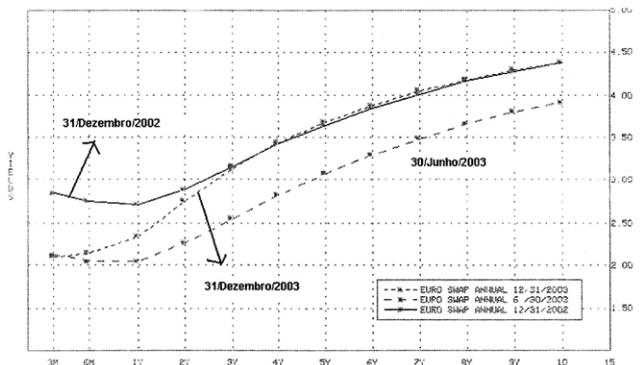
Fonte. — Banco Central Europeu e Bloomberg.

2.3 — Mercados de obrigações

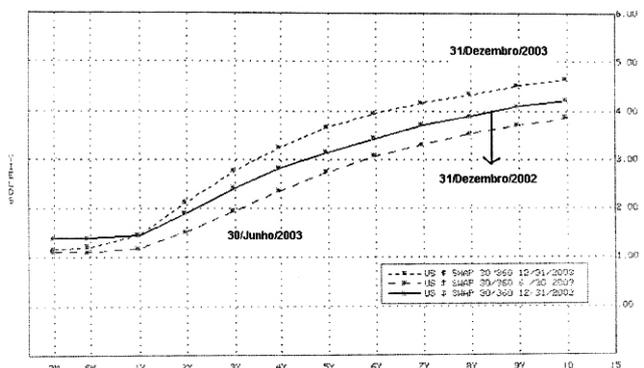
A curva de taxas de juro norte-americana acompanhou a evolução do cenário macro económico. Assim, em Junho, os yields registavam níveis inferiores aos observados no final de 2002, o que espelhava as dúvidas do mercado relativamente aos efeitos das políticas expansionistas. No entanto, e nomeadamente a partir do 3.º trimestre, com os primeiros sinais de crescimento económico a surgirem, a reacção foi de subida das taxas de médio/longo prazo, tornando a curva de taxas de juro mais inclinada.

A curva de taxas de juro na zona euro apresentou um comportamento semelhante à da sua congénere norte-americana, ou seja uma tendência de inclinação positiva a partir de meados do ano. No entanto, as taxas não subiram comparativamente ao final de 2002, o que se deve à tímida recuperação da economia europeia ao contrário do que sucede com a economia dos EUA.

Curva de rendimentos na zona euro



Curva de rendimentos nos EUA



2.4 — Mercados accionistas

Após um 1.º trimestre bastante difícil, os principais mercados accionistas recuperaram gradualmente, tendo esta tendência sido mais acentuada no último trimestre do ano. Como tal, o ano de 2003 encerrou com ganhos substanciais, pondo fim a um período de três anos de perdas.

Este desempenho foi conseguido graças a uma gradual melhoria do sentimento dos investidores, à medida que os indicadores confirmavam uma recuperação sustentada das várias economias, sobretudo a norte-americana. Esta recuperação é o resultado visível de uma política de taxas de juro baixas, seguida tanto pela reserva federal norte-americana como pelo BCE, e também, de uma política fiscal expansionista.

Como tal, empresas que, nos últimos três anos, dedicaram muito do seu esforço a reduzir custos, esperam agora poder obter ganhos substanciais com o incremento de vendas. Este conjunto de factores foi suficiente para ultrapassar qualquer nervosismo resultante de outras notícias potencialmente menos positivas, tais como da valorização do euro contra o dólar norte-americano, a subida sustentada do preço do petróleo ou os atentados terroristas na Turquia.

Índice	País/zona	2002	2003	Valorização — Porcentagem	
				Moeda local	Euro
Dow Jones	EUA	8 341,63	10 453,92	25,32	4,77
S&P 500	EUA	879,82	1 111,92	26,38	5,66
Nasdaq	EUA	1 335,51	2 003,37	50,01	25,41
Nikkei 225	Japão	8 578,95	10 676,64	24,45	14,92
FTSE 100	Reino Unido	3 940,4	4 476,9	13,62	5,18
SMI	Suíça	4 630,80	5 487,80	18,51	10,22
DAX	Alemanha	2 892,63	3 965,16	37,08	37,08
CAC 40	França	3 063,91	3 557,90	16,12	16,12
AEX	Holanda	322,73	337,65	4,62	4,62
MIB 30	Itália	23,886	26,715	11,84	11,84
IBEX 35	Espanha	6 036,90	7 737,20	28,17	28,17
HEX 25	Finlândia	1 293,16	1 530,98	18,39	18,39
BEL 20	Bélgica	2 025,04	2 244,18	10,82	10,82
ISEQ	Irlanda	3 995,03	4 920,73	23,17	23,17
PSI 20	Portugal	5 824,70	6 747,41	15,84	15,84
DJ euro Stoxx 50	Euro-11	2 386,41	2 760,66	15,68	15,68

3 — Actividade da MG Patrimónios em 2003

3.1 — Valor de activos geridos

No final de 2003 a MG Patrimónios geria um volume total de activos de 956,8 milhões de euros, correspondendo este valor a um crescimento de 12,3% em relação ao ano anterior.

Em termos de posição relativa, e de acordo com estatísticas publicadas pela CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), o valor dos activos geridos pela MG Patrimónios representa 5,1% do total do mercado (considerando um total de 23 sociedades gestoras de patrimónios a operar em Portugal).

O valor total de activos geridos, de acordo com as mesmas estatísticas, foi, em 31 de Dezembro de 2003, de 18 836,1 milhões de euros, que compara com 14 478,3 milhões de euros no final de 2002, correspondendo a um crescimento de 30,1%.

A actividade da sociedade em 2003, centrou-se essencialmente na clientela institucional, aliás, como tem sucedido nos anos anteriores.

3.2 — Meios

Ao longo do ano de 2003 existiu a preocupação de dotar a estrutura da sociedade com os meios humanos, técnicos e informáticos adequados, de modo a permitir a prossecução dos objectivos definidos e a satisfação das necessidades dos nossos clientes.

3.3 — Representação na APFIPP (antiga APFIN)

A MG Patrimónios tem vindo a desempenhar um papel relevante na Associação do Sector (APFIPP — Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios), tendo sido eleita membro da direcção em Março de 2002, como representante das gestoras de patrimónios em Portugal.

Para além do acompanhamento regular da actividade de gestão de activos em Portugal existem diversos contactos institucionais com as entidades de supervisão em particular e as autoridades em geral, no sentido da introdução de alterações regulamentares, transposição de directivas comunitárias, fiscalização, etc.

3.4 — CMVM — Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de Outubro

A entrada em vigor deste Decreto-Lei transpôs para o ordenamento jurídico interno as directivas n.º 2001/107/CE e 2001/108/CE.

O aspecto mais relevante para a sociedade é o alargamento do objecto social das sociedades gestoras de patrimónios permitindo, mediante um processo de transformação em sociedades gestoras de

fundos de investimentos, vir a gerir OICVMs. Por outro lado as sociedades gestoras de fundos de investimento passarão a estar autorizadas a acumular a actividade de gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, com base em mandato conferido pelos investidores.

Esta nova realidade permitirá a transformação das sociedades gestoras em empresas de gestão de activos dotadas de maior versatilidade.

3.5 — Conversão dos métodos contabilísticos para IAS/IFRS (International Accounting Standard/International Financial Reporting Standard)

A Comissão Europeia, através do regulamento n.º 1606/2002, publicado em Julho 2002, tornou obrigatória a adopção, por todos os emittentes de valores mobiliários cotados, das normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS) na informação financeira consolidada prestada a partir de 2005.

Deste modo a CEMG, juntamente com a KPMG, realizou em 15 de Outubro, uma reunião para preparação da CEMG e das suas participadas para a respectiva adaptação às NICs referidas.

Ficou acordado que a MG Patrimónios só participará numa fase final, nomeadamente para finais de 2004.

3.6 — Resultados do exercício

A actividade, durante o exercício de 2003, permitiu gerar comissões no valor de 1 173 770 euros, constituindo a principal rubrica dos proveitos (95,2% do total).

O aumento de 218 131 euros nas comissões (+ 22,8%) deve-se a duas ordens de factores: por um lado o forte crescimento na rubrica de comissões variáveis, que estão indexadas ao desempenho da gestão das várias carteiras por comparação com um índice referencial (*benchmark*), que passou de 60 014 euros em 2002, para 233 648 euros em 2003 (+ 289%) e, por outro, ao aumento de 12,3% dos activos sob gestão, que provocou um aumento de comissões de 5,2%.

Nos custos há a salientar o aumento nos outros gastos administrativos de 30 470 euros de 2002 para 2003. Este aumento foi provocado, essencialmente, pelo facto de os custos com as taxas de supervisão (cerca de 22 200 euros) pagos à CMVM se terem repercutido durante todo o exercício de 2003, enquanto em 2002 só foram cobradas a partir de Março.

Os resultados líquidos tiveram um aumento significativo, passando de 197 535 euros em 2002 para 280 720 euros em 2003. Este crescimento de 42,1% reflecte essencialmente o crescimento muito significativo das comissões geradas.

A rentabilidade dos capitais próprios atingiu os 23,9%, valor que compara muito favoravelmente com os registados em 2002 e 2001, de 17,1% e 20,1%, respectivamente.

Refira-se ainda que, em termos de execução orçamental, o total de proveitos excedeu em 193 702 euros (18,6%) o valor orçamentado, enquanto que o total de custos se situou abaixo do orçamentado em 17 119 euros (– 2,1%), contribuindo para que o resultado líquido tenha sido 90,6% acima do orçamento para 2003.

4 — Evolução previsível da actividade para 2004

As previsões para 2004 apontam para a recuperação económica, a nível mundial, com especial incidência nos EUA, onde se espera um crescimento do PIB de 4%. Na Europa as expectativas são mais moderadas prevendo-se que a recuperação económica se intensifique 2.º semestre do ano. Em termos de nível de preços todos os indicadores apontam para apenas uma ligeira subida deste indicador.

Assim sendo também será de esperar uma subida moderada das taxas, nomeadamente as de longo prazo.

Uma evolução favorável destas condicionantes contribuirá, em muito, para um crescimento do total de activos em gestão.

Por outro lado, continuaremos a envidar todos os esforços para manter e incrementar a qualidade dos serviços prestados pela sociedade, de modo a continuar a merecer a confiança dos nossos clientes e, dessa forma, suscitar, também por essa via, o crescimento dos activos sob gestão.

Uma vez que a MG Patrimónios está vocacionada para a gestão de activos para clientes institucionais, entre os quais assumem particular relevo a Futuro — SGFP, S. A., e a Companhia de Seguros Lusitânia, S. A., a expectativa de evolução previsível dos montantes sob gestão está intimamente ligada à evolução das carteiras daqueles clientes.

Nessa óptica, estima-se um crescimento dos activos sob gestão, para o exercício de 2004, em cerca de 11%, quer através do aumento de activos dos actuais clientes quer através da gestão de novas carteiras.

5 — Proposta de aplicação de resultados

Para aplicação do resultado líquido do exercício o conselho de administração submete à assembleia geral a seguinte proposta (em euros):

Para reservas legais	28 071,97
Para reservas livres	17,71
Para dividendos	252 630,00
	<u>280 719,68</u>

6 — Agradecimentos

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para exprimir o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu contributo para o desenvolvimento da actividade da sociedade, nomeadamente:

Ao Banco de Portugal e à CMVM, pela disponibilidade e apoio dispensados;

A Caixa Económica Montepio Geral, na sua qualidade de banco depositário;

Ao conselho fiscal, pela colaboração prestada;

Aos clientes, em especial à Futuro — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., e à Lusitânia — Companhia de Seguros, pela confiança depositada na sociedade, que, aliás, constituem a sua razão de ser;

Aos trabalhadores da sociedade, sem os quais os resultados obtidos não teriam sido possíveis.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração:
Ludovico Lázaro Morgado Cândido, presidente — *Carlos Alberto Pereira Martins*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Lista de accionistas (n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Titular	Número de acções	Porcentagem do capital social
Montepio Geral — Associação Mutualista	89 724	99,69

Lista das participações dos membros de órgãos sociais (n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Assembleia geral:

Dr. António de Seixas da Costa Leal, presidente.

Dr. Vítor Louro Branco, vice-presidente.

Dr. José Alexandre Saraiva Rua, secretário.

Conselho de administração:

Dr. Ludovico Lázaro Morgado Cândido, presidente:

Titular	Número de acções	Porcentagem do capital social	Cargo
Montepio Geral — Associação Mutualista	89 724	99,693	Administrador
Caixa Económica Montepio Geral	240	0,267	Administrador

Dr. Carlos Alberto Pereira Martins, vogal:

Titular	Número de acções	Porcentagem do capital social
Carlos Alberto Pereira Martins	12	0,013

Dr. Virgílio Manuel Boavista Lima, vogal.

Conselho fiscal:

Dr. Mário José Brandão Ferreira, presidente.
 Dr. António Neto da Silva Fontão, revisor oficial de contas.
 Dr. José António Vidigal Veloso Gregório, vogal.

O Conselho de Administração: *Ludovico Lázaro Morgado Cândido*, presidente — *Carlos Alberto Pereira Martins*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal.

Balço em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

Código das contas		2003			2002 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10+11+130	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	250,00	—	250,00	250,00
12+13-130	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 207 936,04	—	1 207 936,04	1 134 418,52
20+21+280+281+ 2880+2881+ 2890+2891- 29000-29001- 29010-29011- 2951	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
16+22+23+282+ 283+287+ 2882+2883+ 2887+2892+ 29002-29003- 29012-29013- 29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
240+241+245+ 255+2480+250+ 251+2580+26+ 2840+2884+2894- 290140-2920- 2921-2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo ...	78 318,57	—	78 318,57	105 102,68
2400+2401+ 2410+2500+ 2501+2510+ 2600+2601+ 2610+2840+ 2884+2894+ 290140 (a)- 29200-29210- 2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	78 318,57	—	78 318,57	105 102,68
2402+2411+ 2412+245+ 255+2480+2502+ 2511+2512+ 2580+2602+ 2611+2612+ 2840+2884+ 2894+290140 (b)- 29209-29219- 2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243-244+245+ 255+2481- 24810+2490- 2491+253+254+ 2581-25810+ 2841-290141- 291-2923-2924- 2925-2953+ 5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
400-490	7 — Participações	—	—	—	—
401-491	8 — Partes do capital em empresas coligadas	—	—	—	—
41+460+ 4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	48 665,04	39 167,57	9 497,47	14 569,28

(Em euros)

Código das contas		2003			2002 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
42+461+462+ 463+468+ 4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	93 880,14	76 273,14	17 607,00	24 969,81
420+4280+461- 4820-48280	(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	—	—	—	—
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias ...	—	—	—	—
14+15+19+27- 27003-29007- 2959-299+ 402+409-499	13 — outros activos	425 128,89	15 977,42	409 151,47	249 367,49
51+55+ 56 (dev.) (c)+ 58 (dev.)+59 (d)	15 — Contas de regularização	13 432,11	—	13 432,11	13 295,60
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	<u>1 867 610,79</u>	<u>131 418,13</u>	<u>1 736 192,66</u>	<u>1 541 973,38</u>

PASSIVO

Código das contas		2003	2002
42+461+462+ 30+31+35 (f)	1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+ 31920	a) À vista	—	—
1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso	—	—
32+33+35 (f)	2 — Débitos para com clientes	—	—
3213+3223	a) Depósitos de poupança	—	—
32-3213- 3223+33+35	b) Outros débitos	—	—
3200+3210+ 3220+3230	ba) À vista	—	—
b)-ba)	bb) A prazo	—	—
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—
36+39	4 — Outros passivos	156 413,53	64 876,68
52+54+ 56 (cred.)+ 58 (cred.)+59 (e)	5 — Contas de regularização	126 525,34	126 782,59
610+611+ 612+613	6 — Provisões para outros riscos e encargos	—	—
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	—	—
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	—	—
62	9 — Capital subscrito	450 000,00	450 000,00
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+ 635+639	11 — Reservas	722 534,11	702 775,62

(Em euros)

Código das contas		2003	2002
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	—	—
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	280 719,68	197 538,49
<i>Total do passivo</i>		1 736 192,66	1 541 973,38

(a) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.

(b) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

(c) Excepto 5624, cujo devedor é considerado na rubrica 6.

(d) Conforme o saldo global do razão (quando saldo devedor > saldo credor).

(e) Conforme o saldo global do razão (quando saldo credor > saldo devedor).

(f) Na rubrica 1 de débitos para com instituições de crédito, é incluída a parte do saldo relativa a recursos de instituições de crédito e na rubrica 2 de débitos para com clientes, a parte respeitante a recursos de terceiros.

O Conselho de Administração: *Ludovico Lázaro Morgado Cândido*, presidente — *Carlos Alberto Pereira Martins*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)**Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003****DÉBITO**

Código das contas		2003	2002
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	—	—
71	2 — Comissões	24 536,66	12 345,54
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	1 844,22	2 073,70
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	751 002,80	702 239,80
73	a) Custos com pessoal	461 097,83	442 805,29
Dos quais:			
730+731	(— salários e vencimentos)	(380 920,33)	(366 999,40)
732+733	(— encargos sociais)	(80 177,50)	(75 805,89)
Dos quais:			
73290+73291+73292	(— com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	289 904,97	259 434,51
78	5 — Amortização do exercício	13 584,14	14 875,10
77	6 — Outros custos de exploração	7 986,33	7 840,39
790+791+792+793+799	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	2 888,14	—
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente	(431 734,98)	(278 481,03)
671	11 — Perdas extraordinárias	3 828,98	5 331,58
68	13 — Impostos sobre lucros	147 380,95	95 786,21
76	14 — Outros impostos	43,56	65,54
69	15 — Lucro do exercício	280 719,68	197 538,49
<i>Total</i>		1 233 815,46	1 038 096,35

CRÉDITO

Código das contas		2003	2002
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	38 952,19	43 763,30
Dos quais:			
80240+80241+80245+80250+80251+80255	(— de títulos de rendimento fixo)	(8 368,10)	(9 757,76)
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81-81400-81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—

		(Em euros)	
Código das contas		2003	2002
81 400	b) Rendimento de participações	—	—
81 401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	1 173 769,68	955 639,10
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
840+841+842+	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
843+845+849	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
844		—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	20 855,40	18 453,16
	8 — Resultado da actividade corrente	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	238,19	20 240,79
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>		1 233 815,46	1 038 096,35

O Conselho de Administração: *Ludovico Lázaro Morgado Cândido*, presidente — *Carlos Alberto Pereira Martins*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Nota introdutória:

A MG Patrimónios — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A. (sociedade), anteriormente denominada Sofinança — Sociedade de Gestão Financeira, S. A., assumiu a actual denominação em 26 de Março de 1993. A sociedade tem por objecto a administração de valores mobiliários, por conta de terceiros e a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos.

Conforme indicado na nota n.º 29, a sociedade é detida maioritariamente pelo Grupo Montepio Geral. Consequentemente, as operações e transacções da sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — Os proveitos e custos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração de resultados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) *Comissões*. — Os serviços prestados pela sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão, registadas na rubrica de comissões da demonstração de resultados.

Estas comissões traduzem a remuneração pela gestão das carteiras de terceiros (clientes), realizada com total autonomia pela sociedade e de acordo com as normas reguladoras da actividade, levando em consideração a opção feita pelo cliente quanto à percentagem das acções detidas no valor global da carteira.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da sociedade qualquer garantia de rendibilidade do capital administrado.

O cálculo da comissão de gestão sobre as carteiras individuais resulta da aplicação de uma taxa, definida em função do valor e da composi-

ção da carteira do cliente, sobre o valor médio da carteira correspondente ao último dia útil de cada mês do período objecto de facturação, por norma trimestral.

c) *Aplicações em títulos*. — Os títulos da dívida pública são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos contabilizados como proveitos a receber na rubrica de contas de regularização do activo (nota n.º 27). A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento.

Sempre que o valor de mercado é, inferior ao valor de balanço, são constituídas as correspondentes provisões.

d) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, as despesas relacionadas com a aquisição de *software*, as quais são registadas ao custo de aquisição. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes em três anos.

e) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas. As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem a uma vida útil estimada dos activos de:

	Anos
Mobiliário e material	8
Equipamento administrativo	5
Equipamento informático	4
Equipamento de transmissão	10
Diversas instalações	4
Equipamento de transporte	4

f) *Contas extrapatrimoniais*. — As carteiras de valores mobiliários de Fundos de Pensões e de terceiros, geridas pela sociedade, encontram-se valorizadas ao respectivo valor de mercado, acrescidos dos juros corridos e não cobrados.

7 — A totalidade do montante inscrito na rubrica 5 do activo (obrigações e outras títulos de rendimento fixo) vencerá em 2006.

8 — O crédito representado na rubrica 2 do activo diz respeito a depósito à ordem na Caixa Económica Montepio Geral.

10 — Inventário da carteira de títulos, de acordo com o modelo apresentado no Anexo III.

11 — Movimentos e saldo do activo imobilizado, de acordo com o modelo apresentado no Anexo IV.

24 — Saldo da conta de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	13 089	2 888	—	15 977

25 — Os títulos constantes na rubrica 5 do activo são considerados de investimento pelo facto de assumirem um carácter duradouro.

27 — Contas de regularização:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Activo:		
Juros a receber de títulos	7 483	7 548
Despesas com custo diferido	5 949	5 747
	<u>13 432</u>	<u>13 295</u>
Passivo:		
Provisão para férias e subsídio de férias ...	56 801	53 132
Outros	69 724	73 650
	<u>126 525</u>	<u>126 782</u>

28 c) A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos — investimento e a vencimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no valor de mercado, está reflectida no Anexo III.

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da sociedade era constituído por 90 000 acções com valor nominal de 5 euros cada, totalmente subscritas e realizadas, assim distribuídas:

	Número de acções	Montante	Porcentagem
Montepio Geral — Associação Mutualista	89 724	448 620	99,69
Caixa Económica Montepio Geral	240	1 200	0,27
Outros	36	180	0,04
	<u>90 000</u>	<u>450 000</u>	<u>100,00</u>

31 — Outros activos e outros passivos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de outros activos tem a seguinte composição:

	2003	2002
Devedores:		
Clientes:		
Futuro	377 078	198 315
Futuro Holdings Luxemburgo	—	18 191
Companhia Portuguesa Rádio Marconi	17 737	16 498
FNAC	13 089	13 089
Lusitânia	13 051	12 406
Outros	3 123	3 088
Devedores diversos	1 051	870
	<u>425 129</u>	<u>262 457</u>
Provisões para valores a receber de clientes	(15 977)	(13 089)
	<u>409 152</u>	<u>249 368</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de outros passivos tem a seguinte composição:

	2003	2002
Sector público administrativo:		
IRC a pagar	74 418	11 068
Contribuições para a segurança social	7 149	6 875
Retenção de imposto na fonte	5 931	5 674
IVA a pagar	65 797	35 030
	<u>153 295</u>	<u>58 647</u>
Fornecedores	3 119	6 230
	<u>156 414</u>	<u>64 877</u>

32 — Valores sob gestão:

O valor dos fundos que sociedade administra em nome próprio mas por conta de outrem é o seguinte:

	2003	2002
Total gerido	956 849 394	852 141 808

34 — Efectivos:

Durante os exercícios de 2003 e 2002, a sociedade teve ao seu serviço, em média, sete funcionários.

36 — Comissões de gestão:

Durante os exercícios de 2003 e 2002 foram cobradas as seguintes comissões:

	2003	2002
Comissões de gestão	1 149 109	929 816
Outras comissões	24 661	25 823
	<u>1 173 770</u>	<u>955 639</u>

38 — Em 31 de Dezembro de 2003 a distribuição de proveitos por grandes áreas de mercados geográficos é apresentada como se segue:

	2003	2002
Luxemburgo	28 306	97 288
Portugal	1 145 464	858 351
	<u>1 173 770</u>	<u>955 639</u>

39 — Outros custos de exploração e perdas e ganhos extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	7 875	7 620
Outros	111	220
	<u>7 986</u>	<u>7 840</u>

	2003	2002
Outros proveitos de exploração:		
Subarrendamento	20 855	18 453
Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores	462	5 280
Menos-valias na alienação de imobilizado	3 367	—
Outras perdas extraordinárias	—	52
	3 829	5 332
Ganhos extraordinários:		
Excesso de estimativa para impostos	—	19 254
Mais-valias na alienação de imobilizado	—	43
Ganhos relativos a exercícios anteriores	238	940
Outros ganhos extraordinários	—	4
	238	20 241

41 — Impostos:

A sociedade está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), à taxa de 30% e respectiva derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem vir a ser objecto de revisão por parte da administração fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da sociedade respeitantes aos exercícios de 2000 a 2003 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A carga fiscal imputada e a carga fiscal paga e a pagar nos três últimos exercícios tem a seguinte distribuição:

	2003	2002	2001
Provisão para impostos sobre os lucros	147 381	95 786	131 618
Imposto sobre lucros pagos	(72 963)	(84 718)	(112 364)
Imposto sobre lucros a pagar	74 418	11 068	19 254

42 — Nos exercícios de 2003 e 2002, a percentagem dos impostos sobre lucros sobre o resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários foi de 34,4% e 32,6%, respectivamente.

O Conselho de Administração: *Ludovico Lázaro Morgado Cândido*, presidente — *Carlos Alberto Pereira Martins*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas de MG Patrimónios — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 1 736 193 euros e um total de capital próprio de 1 453 254 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 280 720 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos

Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de MG Patrimónios — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2004. — O Revisor Oficial de Contas, *António Neto Fontão*.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em cumprimento do estabelecido na lei e no contrato da sociedade, o conselho fiscal de MG Patrimónios — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., vem submeter à vossa consideração o seu relatório e parecer sobre o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 2003.

O relatório do conselho de administração refere de forma clara a actividade desenvolvida pela sociedade, sendo de destacar um volume de activos em gestão no final do exercício de 956,8 milhões de euros, o que proporcionou um aumento de 12,3% relativamente ao ano anterior, acompanhado por uma percentagem no aumento de comissões recebidas de 22,8% no mesmo período.

Durante o exercício verificou-se um aumento de custos, totalmente compensado pelo aumento de proveitos, de que resultou um aumento de resultados em relação a 2002, em cerca de 42,1%.

Porém, em termos de execução orçamental não só o total de proveitos excedeu o valor previsto, como o total dos custos ficou abaixo do valor orçamentado, demonstrando rigor administrativo.

Voltou a caracterizar-se de novo o exercício por um desenvolvimento num ambiente de mercado financeiro volátil com repercussão na rentabilidade alcançada pelos activos sob gestão.

Como lhe cabe, o conselho fiscal acompanhou a actividade da sociedade, analisando a documentação que lhe foi disponibilizada, designadamente as contas intercalares e os passos conducentes ao encerramento das mesmas. Efectuou também reuniões com o conselho de administração e com o director-geral com vista à apreciação de problemas específicos e tendo obtido sempre a colaboração adequada.

Verificou: da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte; da exactidão do balanço e demonstração de resultados; da correcta avaliação do património.

Tomou também conhecimento: do relatório anual sobre a fiscalização efectuada elaborado pelo seu vogal, revisor oficial de contas, no cumprimento de disposições legais aplicáveis, em relação ao qual expressa a necessária concordância; da certificação legal das contas emitida pelo mesmo, sem reserva ou ênfase.

(Sem assinaturas.)

Acta n.º 32 da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Março de 2004, pelas 9 horas, na sede social, Rua General Firmino Miguel, 5, 10.º-B, em Lisboa, reuniram em assembleia geral universal, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, os accionistas da sociedade denominada MG Patrimónios — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.

Estiveram presentes o Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira, em representação do Montepio Geral — Associação Mutualista, e da Caixa Económica Montepio Geral, conforme cartas mandadeiras que ficam

anexas à presente acta, e, ainda, os accionistas Dr. Carlos Alberto Pereira Martins, Dr. António Augusto de Almeida e Júlio Botelho de Oliveira Carvalho, estando assim representada a totalidade do capital social.

Estiveram ainda presentes o Dr. António de Seixas da Costa Leal, presidente da mesa da assembleia geral e Vítor Louro Branco e Dr. José Alexandre Saraiva Rua, respectivamente vice-presidente e secretário da mesa da assembleia geral.

Aberta a sessão o representante do Montepio Geral propôs, que se acrescentasse um ponto à ordem de trabalhos do seguinte teor: eleição do vogal efectivo do conselho fiscal com funções de revisor oficial de contas.

Estando presentes a totalidade dos accionistas estes deliberaram ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais que a assembleia se pronunciasse e deliberasse sobre o ponto anterior, passando a ser a seguinte a ordem de trabalhos:

1.º Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 apresentado pelo conselho de administração, bem como sobre o relatório e parecer do conselho fiscal;

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo conselho de administração;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Eleição do vogal efectivo do conselho fiscal com funções de revisor oficial de contas;

5.º Deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

O presidente da mesa foi secretariado pelo secretário o Dr. José Alexandre Saraiva Rua.

Entrando no ponto 1.º da ordem de trabalhos, foram analisados, colocados à votação e aprovados, por unanimidade, o relatório e contas da sociedade, bem como o relatório e parecer do conselho fiscal referentes ao ano de 2003.

O Dr. Carlos Alberto Pereira Martins propôs um voto de louvor, apreço e consideração ao Dr. António Neto Fontão, que cessa as suas funções como vogal do conselho fiscal, pela forma competente, desinteressada, esforçada e eficiente como exerceu as suas funções.

Posta esta proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e aclamação. O presidente do conselho fiscal associou-se pessoalmente, e em representação deste órgão a este voto.

No que respeita ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi colocada à votação a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, que foi aprovada por unanimidade, sendo 28 071,97 euros para reservas legais, 17,71 euros para reservas livres e 252 630,00 euros para dividendos.

No que respeita ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, a assembleia geral deliberou, por unanimidade, aprovar a actividade desenvolvida pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal no exercício de 2003. A assembleia geral deliberou ainda aprovar um voto de confiança no conselho de administração e seus membros, bem como um voto de louvor aos membros do conselho de administração e conselho fiscal pelo trabalho prestado no exercício de 2003.

No que respeita ao ponto 4.º da ordem de trabalhos a assembleia geral deliberou, por unanimidade, eleger para vogal efectivo do conselho fiscal, com funções de revisor oficial de contas, a sociedade BDC — Barroso, Dias, Caseirão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede na Avenida da República, 50, 8.º, em Lisboa, com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o n.º 29 e inscrição como auditor externo na CMVM sob o n.º 1122, representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, revisor oficial de contas, identificação de pessoa colectiva n.º 135248612, com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 725.

O Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira, em representação do Montepio Geral — Associação Mutualista, e da Caixa Económica Montepio Geral, propôs que fossem dados os poderes necessários à mesa da assembleia geral para a elaboração da acta correspondente a esta sessão, expressando um voto de louvor pela forma exemplar e eficiente como conduziu os trabalhos desta assembleia, proposta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a deliberar, o presidente da mesa deu a assembleia por encerrada eram 10 horas, da qual foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente, Dr. António de Seixas da Costa Leal, e pelo secretário, Dr. José Alexandre Saraiva Rua.

A Mesa da Assembleia Geral: *António de Seixas da Costa Leal*, presidente — *José Alexandre Saraiva Rua*, secretário. 2005087459

NORFIN — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS, S. A.

Relatório n.º 1-AT/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 435/800617; identificação de pessoa colectiva n.º 500963312; número e data da inscrição: 23/8 de Maio de 2003.

Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2002.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção), 4 de Fevereiro de 2004. — A Escriturária Superior, *Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes*.

Relatório e contas de 2002

Relatório de gestão

É com o maior gosto que apresentamos, para aprovação, as contas da Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., referentes ao exercício de 2002, as quais foram revistas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas J. Bastos & C. Sousa Góis, SROC.

1 — Introdução

Durante o ano 2002 consubstanciou-se o desenvolvimento da Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A. (Norfin), tendo sido lançado o segundo Fundo Imobiliário administrado por esta sociedade — o Office Park Expo — e prosseguiu-se o desenvolvimento do Vision Escritórios tendo sempre presente a estratégia definida inicialmente de concentrar os investimentos em edifícios adquiridos na totalidade, bem localizados, novos ou renováveis, com boas acessibilidades e estacionamento e comercializar o seu arrendamento junto das grandes e médias empresas e instituições de reconhecido prestígio e capacidade financeira.

Em 25 de Setembro de 2002, o conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deliberou autorizar a constituição do fundo de investimento imobiliário fechado Office Park Expo, mediante oferta particular de subscrição.

O desenvolvimento de um *office park*, na zona de intervenção da Expo 98, com um elevado padrão de qualidade, integrado e moderno, é uma necessidade e uma oportunidade que não pode deixar de interpellar promotores e investidores nacionais de grande relevo.

O projecto a implementar visa concorrer para o desenvolvimento estruturado de um segmento importante do imobiliário de rendimento em Portugal, contribuindo, simultaneamente para a afirmação urbanística da zona de intervenção da Expo 98 e para o desenvolvimento da oferta de escritórios de qualidade em Portugal, cuja procura, fruto da integração europeia e da crescente necessidade das empresas em instalarem os seus serviços em espaços dotados de equipamentos modernos e que contribuam para o reforço de uma acentuada imagem corporativa, tem aumentado significativamente nos últimos anos.

Esta procura latente, e ainda não satisfeita, aponta no sentido da oportunidade crescente de espaços integrados de imóveis para escritórios administrados de forma profissional e pró-activa.

De facto, as grandes empresas e instituições exigem, cada vez mais, espaços tecnicamente bem equipados (ar condicionado, estacionamento, boa acessibilidade, piso sobre elevado, iluminação natural, etc.), mantidos segundo altos parâmetros de gestão imobiliária (limpeza, segurança, controlo de acesso, prevenção de acidentes, jardinagem, etc.) preocupando-se, cada vez mais, com os chamados serviços de terceira geração (cablagens estruturadas, acesso a fibra óptica para telecomunicações, TV cabo, centralização de compras, etc.).

Perante o enquadramento exposto e em resposta às necessidades apresentadas surgiu a associação entre determinadas entidades institucionais que têm vindo a prosseguir estratégias de investimento visíveis no mercado imobiliário nacional, como sejam o Fundo de Pensões do Banco de Portugal, o Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, o Fundo de Estabilização Financeira da

Segurança Social e a Fundação Calouste Gulbenkian, tendo em vista a execução de um *office park* na zona de intervenção da Expo 98.

A execução do projecto e o seu adequado financiamento têm por veículo um fundo de investimento imobiliário fechado de subscrição particular, o Office Park Expo — Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, cujas unidades de participação foram adquiridas pelas acima referidas entidades, as quais, entre si, já assumiram o compromisso de proceder aos necessários aumentos de capital até um montante de 200 milhões de euros.

Este Fundo que representa o trabalho da Norfin de cerca de dois anos junto dos quatro investidores e da Parque Expo, S. A., vem de forma inequívoca demonstrar a credibilidade da Norfin junto dos grandes investidores institucionais e representa um salto qualitativo substancial na vida da Empresa.

Durante o ano 2002 o Governo procedeu à revisão do regime legal dos fundos de investimento imobiliário tendo publicado o Decreto-Lei n.º 60/2002, que foi desde logo complementado com o regulamento da CMVM n.º 08/2002

2 — Vision Escritórios — Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

Em Julho de 2002 foi o capital do Fundo aumentado para 25 847 087 unidades de participação fazendo com que o património do Fundo ultrapassasse os 150 milhões de euros.

A colocação do aumento de capital do Vision Escritórios junto de investidores institucionais nacionais contou com uma óptima adesão desses investidores, o que se ficou a dever à proposta de valor apresentada e também à boa oportunidade temporal, que permitiu tirar partido de uma conjuntura de baixa remuneração das alternativas de investimento (baixas taxas de juro) e necessidade de diversificação do risco.

No dia 20 de Dezembro de 2002 foram distribuídos rendimentos aos participantes, tendo-se pago 0,2241120881042 euros por unidade de participação correspondentes a rendimentos e 0,0951061304047 euros por unidade de participação correspondentes a IRC retido, que foi distribuído somente às instituições isentas de IRC (que compõe uma razoável percentagem dos participantes no Fundo).

Durante o intervalo de tempo que mediou entre a liquidação financeira do aumento de capital e o final de 2002, deu-se corpo à estratégia de investimento proposta aos investidores e espelhada no regulamento, tendo-se alcançado em 31 de Dezembro de 2002 um valor global do Fundo de 151 405 733,11 euros dos quais 146 385 896,62 euros (incluindo as regularizações de compra de imóveis) em aplicações imobiliárias e o restante em aplicações financeiras remuneradas, a prazo e à ordem.

3 — Office Park Expo — Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

No seguimento da aprovação da CMVM acima referida foi efectuada a subscrição do capital inicial do Fundo, no montante de 20 milhões de euros (4 000 000 unidades de participação subscritas a 5 euros cada) que foi subscrito 25% por cada um dos investidores atrás mencionados.

Após o aumento de capital inicial o Fundo tomou, por cessão de posição contratual, o lugar dos investidores no contrato de promessa de compra e venda do terreno (12 277 026,75 euros) e deu andamento às acções previstas de reunir com a Comissão Técnica do Fundo e com o respectivo Comité de Investimento com vista ao lançamento de um concurso restrito para selecção da equipa projectista.

Embora se desejasse a conclusão desta fase no final do ano, só será possível escolher o gabinete de arquitectura no início de 2003.

Em 31 de Dezembro de 2002 o valor global do Fundo era de 19 911 404,02 euros dos quais 12 277 026,75 euros (incluindo as regularizações de compra de imóveis e os valores a regularizar do Fundo) em aplicações imobiliárias e o restante em aplicações financeiras remuneradas, a prazo e à ordem.

4 — Meios materiais e humanos

Durante o ano 2002 a Norfin reforçou os seus meios técnicos e humanos tendo em vista o desenvolvimento da actividade.

Manteve-se uma aposta clara na informatização de todos os serviços, tendo-se recorrido a fornecedores de sistemas (*hardware* e *software*) da máxima qualidade e reputação.

Durante o ano de 2002 foi recrutado um director sénior para acompanhar a actividade do Office Park Expo.

Durante o ano foi também admitida uma licenciada do Iscal para colaborar na direcção administrativa e financeira reforçando esta importante área da empresa.

5 — Balanço e demonstração dos resultados

Da análise do balanço e demonstração dos resultados podem-se retirar os seguintes valores:

Proveitos

Os proveitos da Norfin têm as seguintes proveniências:

Comissão de Gestão dos Fundos — 1 267 966,27 euros;
Juros de aplicação do capital — 41 736,24 euros.

O total de receitas para o período foi de 1 309 702,51 euros.

Custos

O total dos custos operacionais foi de 608 789,54 euros reflectindo para além de outros os encargos com pessoal.

Amortizações

O total de amortizações ascendem a 35 030,55 euros dizendo respeito, na maior parte do seu valor a investimentos efectuados com sistemas informáticos.

Resultados

Os resultados antes de impostos foram de 701 365,07 euros que se traduziram em 506 777,80 euros depois de impostos.

6 — Declarações respeitantes ao Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, e ao artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais

6.1 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a sociedade não tinha, no final do exercício, quaisquer dívidas em mora à segurança social.

6.2 — De acordo com o previsto no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais:

Não foram adquiridas nem alienadas acções próprias durante o exercício não detendo a sociedade quaisquer acções próprias no final do exercício.

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

6.3 — Por outro lado, nada temos a referir em relação às alíneas b), c) e g) do n.º 2 do artigo 66.º, acima referido.

7 — Aplicação dos resultados

Em função dos resultados alcançados, o conselho de administração submete à apreciação e deliberação da assembleia geral a seguinte proposta de aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício de 2002: transferência de 373 274,82 euros para resultados transitados, 50 677,78 euros para reservas legais e de 82 825,20 euros para gratificações de balanço.

8 — Informações complementares

Administradores que detêm participações no capital social:

Dr. João Brion Sanches — 44,00%;
Dr. Filipe Maurício de Botton — 18,05%;
Dr. Alexandre Carlos Costa Relvas — 18,05%;
Eng. António Vilhena — 5,00%.

Accionistas com mais de 5% do capital social:

Dr. João Brion Sanches — 44,00%;
Dr. Filipe Maurício de Botton — 18,05%;
Dr. Alexandre Carlos Costa Relvas — 18,05%;
Eng. António Vilhena — 5,00%;
Dr. Diogo Vaz Guedes — 5,00%;
Caixa Económica Montepio Geral — 9,90%.

9 — Agradecimento

O conselho de administração quer expressar o seu apreço e agradecimento pela colaboração prestada, às seguintes entidades:

A mesa da assembleia geral;
Ao fiscal único;
Ao Banco Depositário do Fundo Vision Escritórios — a Caixa Económica Montepio Geral;

Ao Banco Depositário do Office Park Expo — a Caixa Geral de Depósitos;
Aos empregados e restantes colaboradores da Norfin.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — O Conselho de Administração: *João Filipe de Brion Ramirez Sanches*, presidente — *António Manuel Bartolomeu Vilhena*, vogal — *Filipe Mauricio de Botton*, vogal — *Alexandre Carlos Costa Relvas*, vogal — *Joaquim José Fragoso*, vogal.

Anexo ao relatório de gestão

Lista de presenças da assembleia geral n.º 20

Accionista	Domicílio	Número de ações	Valor nominal (euros)
João Filipe de Brion Ramires Sanches	Rua Garcia da Horta, 41, rés-do-chão, esquerdo, Lisboa	44 000	220 000,00
Filipe Mauricio de Botton	Rua dos Eucaliptos, 701, Torre, Cascais	18 050	90 250,00
Alexandre Carlos de Mello Vieira da Costa Relvas ...	Rua Imprensa Nacional, 75, s/l, Lisboa	18 050	90 250,00
Montepio Geral	Rua do Ouro, 219-241, Lisboa	9 900	49 500,00
Diogo Alves Vaz Guedes	Praceta da Fazenda, lote 6, Bicesse, Estoril	5 000	25 000,00
António Manuel Bartolomeu Vilhena	Rua Azedo Gneco, 66, 1.º, esquerdo, Lisboa	5 000	25 000,00

João Filipe de Brion Ramires Sanches, presidente do conselho de administração.
António Manuel Bartolomeu Vilhena, vogal do conselho de administração.
Filipe Mauricio de Botton, vogal do conselho de administração.
Alexandre Carlos de Mello Vieira da Costa Relvas, vogal do conselho de administração.
José Joaquim Fragoso, vogal do conselho de administração.
Jaime de Macedo Santos Bastos, fiscal único.

Lisboa, 14 de Março de 2003. — O Conselho de Administração: *João Filipe de Brion Ramirez Sanches*, presidente — *António Manuel Bartolomeu Vilhena*, vogal — *Filipe Mauricio de Botton*, vogal — *Alexandre Carlos Costa Relvas*, vogal — *Joaquim José Fragoso*, vogal.

Balço em 31 de Dezembro de 2002

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2002			2001 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões acumuladas	Activo líquido	
10+11+130	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17,05	—	17,05	57,89
12+13-130	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	53 022,56	—	53 022,56	7 129,72
20+21+280+ 281+2880+ 2881+2890+ 2891-29000- 29001-29010- 29011-2951	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 400 000,00	—	1 400 000,00	890 000,00
16+22+23+ 282+283+287+ 2882+2883+ 2887+2892+ 2893+2897- 29002-29003- 29012-29013- 29017-2952	4 — Créditos sobre clientes	—	—	—	—
240+241+245+ 2480+250+251+ 255+2580+26+ 2840+2884+ 2894-290140- 2920-2921- 2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
2400+2401+ 2410+2500+ 2501+2510+ 2600+2601+ 2610+2840+ 2884+2894- 290140-29200- 29210-2925- 2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—

(Em euros)

Código das contas		2002			2001 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões acumuladas	Activo líquido	
2402+2411+ 2412+245+255+ 2480+2502+ 2511+2512+ 2580+2602+ 2611+2612+ 2840+2884+ 2894-290140- 29209-2925- 2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243+244+245+ 2481+24810+ 2490-2491+ 253+254+255+ 2581-25810+ 2841-290141- 291-2923-2924- 2925-2953+ 5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	—	—	—	—
400+490	7 — Participantes	—	—	—	—
401+491	8 — Ligadas	—	—	—	—
41+460+ 4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	80 565,60	62 816,32	17 749,28	21 652,73
42+461+462+ 463+468+ 4691-482	10 — Imobilizações corpóreas	82 519,04	42 377,55	40 141,49	42 840,28
420+4280+461- 4820-48280	(Dos quais: imóveis de serviço próprio	—	—	—	—
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes capital próprio	—	—	—	—
14+15+19+27- 27003-29007- 2959-299+ 402+409-499	13 — Outros activos	57 925,77	—	57 925,77	994,67
51+55+ 56 (dev.)+ 58 (dev.)+59+ 59 (dev.)	15 — Contas de regularização	174 521,19	—	174 521,19	100 687,30
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	<u>1 848 571,21</u>	<u>105 193,87</u>	<u>1 743 377,34</u>	<u>1 063 362,59</u>

PASSIVO

Código das contas		2002		2001	
30+31	1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—	—	—
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+ 31920	a) À vista	—	—	—	—
1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso	—	—	—	—
32+33+35	2 — Débitos para de clientes	—	—	—	—
3213+3223	a) Depósitos de poupança	—	—	—	—
32-3213-3223+ 33+35	b) Outros débitos	—	—	—	—
3200+3210+ 3220+3230	ba) À vista	—	—	—	—
b)-ba)	bb) A prazo	—	—	—	—

		(Em euros)	
Código das contas		2002	2001
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—
36+39	4 — Outros passivos	21 299,45	16 696,92
52+54+ 56 (cred.)+ 58 (cred.)+ 59 (cred.)	5 — Contas de regularização	273 524,16	54 177,86
610+611+ 612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	—	—
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	—	—
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	548 677,68	548 677,68
62	9 — Capital	500 000,00	500 000,00
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+ 635+639	11 — Reservas	22 225,28	2 906,39
633	12 — Reservas de reavaliação	—	—
66	13 — Resultados transitados	— 129 127,03	— 252 285,20
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	506 777,80	193 188,94
<i>Total do passivo</i>		1 743 377,34	1 063 362,59

O Conselho de Administração: *João Filipe de Brion Ramirez Sanches*, presidente — *António Manuel Bartolomeu Vilhena*, vogal — *Filipe Mauricio de Botton*, vogal — *Alexandre Carlos Costa Relvas*, vogal — *Joaquim José Fragoso*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Rogério Marcelo*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2002

DÉBITO

Código das contas		2002	2001
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	162 82,00	—
71	2 — Comissões	804 64,00	304,75
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	572 580,51	516 868,64
73	a) Custos com pessoal	411 844,99	365 459,17
Dos quais:			
730+731	(Salários e vencimentos)	356 349,41	321 158,26
732+733	(Encargos sociais)	55 495,58	44 300,91
Dos quais:			
73290+73291+ 73292	(Com pensões)	—	—
74	b) Outros gastos administrativos	160 735,52	151 409,47
78	5 — Amortizações do exercício	35 030,55	37 678,82
77	6 — Outros custos de exploração	211,02	—
790+791+792+ 793+799	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	—	—
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
	10 — Custos da actividade corrente	608 789,54	554 852,21
671	11 — Perdas extraordinárias	—	2 663,04
68	13 — Impostos sobre lucros	194 416,02	2 561,57
76	14 — Outros impostos	171,25	295,33
69 (cred.)	15 — Lucro do exercício	506 777,80	193 188,94
<i>Total</i>		1 310 154,61	753 561,09

CRÉDITO

(Em euros)

Código das contas		2002	2001
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	41 736,24	33 255,76
Dos quais:			
80240+80241+ 80250+80251	(De títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimentos de títulos	—	—
81-81400-81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimentos de participações	—	—
81401	c) Rendimentos de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	1 267 966,27	720 025,73
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
840+841+842+ 843+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras a participações e partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	—	0,26
	8 — Proveitos da actividade corrente	1 309 702,51	753 281,75
672	9 — Ganhos extraordinários	452,10	279,34
69 (dev.)	11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>		1 310 154,61	753 561,09

O Conselho de Administração: *João Filipe de Brion Ramirez Sanches*, presidente — *António Manuel Bartolomeu Vilhena*, vogal — *Filipe Maurício de Botton*, vogal — *Alexandre Carlos Costa Relvas*, vogal — *Joaquim José Fragoso*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Rogério Marcelo*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2002

(Valores expressos em euros)

A Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., tem como objecto social a gestão de fundos de investimento imobiliários.

Os registos contabilísticos são efectuados de acordo com o Plano de Contas para o sistema Bancário, publicado na instrução n.º 4/96 (BNBP n.º 1, de 17 de Junho de 1996), e de aplicação obrigatória a esta sociedade, e ainda de acordo com as restantes instruções e avisos publicados por aquela instituição de supervisão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com a legislação aplicável.

A sociedade é tributada em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas pelo Regime Geral de determinação do lucro tributável, por imposição legal, não reunindo os pressupostos de inclusão, por obrigatoriedade ou por opção, no Regime Simplificado de Tributação previsto no artigo 53.º do Código do IRC.

1 — Os valores de 2002 são comparáveis em todos os aspectos com os do ano transacto, não tendo sido alterados os critérios contabilísticos, nem efectuados quaisquer ajustamentos.

3 — O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição. A amortização do imobilizado corpóreo e incorpóreo é feita de acordo

com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, e pelo aviso n.º 9/94 do Banco de Portugal, de 15 de Novembro, em regime de duodécimos, excepto os bens de valor igual ou inferior a 199,52 euros os quais são amortizados totalmente no ano de aquisição, ao abrigo do artigo 20.º do decreto regulamentar acima mencionado e do artigo 32.º do Código do IRC.

Dos elementos contidos nas contas anuais que na sua origem estiveram expressos em moeda estrangeira, deslocações e estadas, foi utilizada na sua conversão o câmbio oficial da data das facturas.

9 — Os créditos, representados ou não por um título, sobre empresas coligadas, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo:

	2002
Activo:	
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:	
Caixa Económica Montepio Geral	4 455,21
Aplicações em instituições de crédito no País:	
Caixa Económica Montepio Geral	1 400 000,00
11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:	

Immobilizações corpóreas e incorpóreas

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos			Amortizações do exercício	Regulações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	Transferências				
Immobilizações incorpóreas:									
Trespases	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	8 676,54	6 988,84	—	—	—	1 687,69	—	—	0,01

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe-rências	Amorti-zações do exercício	Regula-rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amorti-zações acumuladas	Aqui-sições	Reava-liações (líquido)					
Custos plurianuais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistema automático de tratamento de dados (<i>software</i>)	58 415,56	38 450,53	13 386,50	—	—	15 602,26	—	—	17 749,27
Outras	87,00	87,00	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Obras em imóveis arrendados	145,90	34,45	—	—	—	14,59	—	—	96,86
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	64 845,47	24 476,85	15 041,81	—	—	17 631,18	—	—	37 779,25
Património artístico	1 727,19	—	—	—	—	—	—	—	1 727,19
Outras imobilizações corpóreas	758,67	125,65	—	—	—	94,83	—	—	538,19
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totais	134 656,33	70 163,32	28 428,31	—	—	35 030,55	—	—	57 890,77

14 — Desdobramento da rubrica 3 do activo em função da sua duração residual:

	Saldo
Activo:	
Aplicações em instituições de crédito no País:	
Até três meses	1 400 000,00
27 — Saldos das contas de despesas com custo diferido, de proveitos a receber, de receitas com proveito diferido e de custos a pagar:	
	2002

Activo:	
Proveitos a receber:	
Depósitos a prazo	4 028,89
Comissões de gestão	151 737,57
	<u>155 766,46</u>
Despesas com custo diferido:	
Seguros	327,97
Assistência equipamento	3 292,41
Rendas e alugueres	2 996,04
Higiene, medicina e segurança no trabalho	301,11
	<u>6 917,53</u>
Passivo:	
Custos a pagar:	
Férias	32 261,15
Subsídios de férias	32 261,15
Encargos com férias e subsídios de férias	12 201,52
Contabilidade	1 925,79
Electricidade	111,3
Água	44,19
Revisão oficial de contas	303,04
	<u>79 108,14</u>

31 — Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram as 13 do activo e 4 do passivo:

	2002
Outros activos:	
Devedores diversos	57 925,77
Outros passivos:	
Credores diversos	4 964,40
Sector público administrativo	16 335,05
	<u>21 299 45</u>

32 — Fundos de investimento que a sociedade administra, sem representação patrimonial:

Vision Escritórios — Fundo de Investimento Imobiliário Fechado;
Office Park Expo — Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

34 — Em 31 de Dezembro de 2002 a sociedade tinha ao seu serviço sete trabalhadores, sendo dois membros executivos da administração, três dos sectores administrativo/financeiro e dois do sector de operações imobiliárias.

35 — Relativamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, o montante das remunerações atribuídas com referência ao exercício:

	2002
Conselho de administração	213 655,81
Fiscal único/revisor oficial de contas	(a) 4 084,82

(a) O valor indicado inclui IVA não dedutível à taxa normal.

36 — A sociedade presta serviços de gestão e representação aos fundos de investimento imobiliários indicados na nota n.º 32.

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B3, B7 da demonstração dos resultados foram todos obtidos em Portugal Continental.

39 — Os principais componentes dos outros custos e proveitos são os seguintes:

	2002
A) Custos:	
6 — Outros custos de exploração:	
Quotizações e donativos	211,02
B) Proveitos:	
9 — Ganhos extraordinários:	
Ganhos relativos a exercícios anteriores	452,1

41 — Foi imputado ao exercício de 2002 um imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas no valor de 194 416,02 euros cuja liquidação se irá verificar em 2003. Tendo a sociedade suportado retenções na

fonte no valor de 7 844,86 euros e efectuado de 1999 a 2002 o pagamento especial por conta no valor acumulado de 3 855,74 euros, da liquidação resultará um pagamento de 182 715,42 euros que poderá ser influenciado por excesso ou insuficiência de estimativa para impostos. Em 2002 foi ainda apurado o imposto de 2001 do qual resultou um reembolso de imposto no valor de 4 374,66 euros.

Durante o exercício de 2002 foram pagos 1 496,40 euros, relativos ao pagamento especial por conta de IRC, o qual poderá ser deduzido à colecta de IRC até ao quarto exercício seguinte aquele a que diz respeito. A parte que não possa ser deduzida nos termos anteriores não será reembolsada pela administração fiscal.

42 — A proporção em que o imposto sobre os lucros incide sobre os resultados correntes é de 100%.

A sociedade é tributada em IRC à taxa de 30%, suportando ainda uma tributação autónoma de 6% sobre os encargos com viaturas ligeiras de passageiros e despesas de representação, nos termos do n.º 3 do artigo 81.º do Código do IRC.

51 — Quaisquer outras informações de natureza significativa que permitam uma apreciação correcta da situação financeira da instituição, dos riscos em que incorre e dos resultados:

Viaturas utilizadas em <i>renting</i>	Locadora	Valor do contrato (a)	Rendas pagas (a)	Rendas em dívida (a)
Peugeot 406 Break Premium 2.0 HDI — 79-85-SV	Unirent Europcar (b)	21 102,06	5 526,73	15 575,33
Volvo S60 — 41-45-TO	Multirent ©	37 643,04	7 319,48	30 323,56

(a) Acresce IVA à taxa normal em vigor nas datas de pagamento.

(b) Contrato n.º 66744/501/1.

(c) Contrato n.º 2002.001293.1.

Notas. — As restantes notas não são aplicáveis neste exercício, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras a que respeita este anexo.

Lisboa, 28 de Janeiro de 2003. — O Conselho de Administração: *João Filipe de Brion Ramirez Sanches*, presidente — *António Manuel Bartolomeu Vilhena*, vogal — *Filipe Mauricio de Botton*, vogal — *Alexandre Carlos Costa Relvas*, vogal — *Joaquim José Fragoso*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Rogério Marcelo*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 1 743 377 euros, um total de capital próprio de 899 876 euros e um resultado líquido de 506 778 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2003. — J. Bastos & C. Sousa Góis, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jaime Macedo dos Santos Bastos*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas, relatório de gestão e proposta apresentados pela administração da Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 — Durante o exercício acompanhámos a actividade da empresa, com base na informação contabilística e através de esclarecimentos solicitados aos serviços e à administração de quem obtivemos a colaboração solicitada. No âmbito das competências legalmente estabelecidas procedemos à realização dos actos de verificação que considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.

3 — No final do exercício analisámos o relatório de gestão, apresentado pela administração tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

4 — Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 20 de Fevereiro de 2003

cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido e nestas condições, somos de parecer que a assembleia geral aprove:

O relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, e o respectivo anexo, do exercício de 2002;

A proposta de aplicação dos resultados apresentada pela administração.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2003. — J. Bastos & C. Sousa Góis, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jaime Macedo dos Santos Bastos*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 20 da assembleia geral

Aos 14 dias de Março do ano 2003, pelas 12 horas, reuniu na sua sede social, sita no Campo Grande, 35, 10.º-C, em Lisboa, a assembleia geral da sociedade Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 435, pessoa colectiva n.º 500963312, com o capital social de 500 000 euros, estando presentes a totalidade dos seus accionistas, conforme lista de presenças que se anexa a esta acta, os quais entenderam reunir com dispensa das formalidades prévias de convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e contas reportadas ao exercício de 2002;.

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Atribuição de prémio remuneratório, aos administradores executivos e colaboradores da Norfin.

A assembleia foi presidida pelo presidente da mesa da assembleia geral, *Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos*, e secretariada pela secretária da mesa da assembleia geral, *Maria Forte Vaz*, que também se encontravam presentes.

Estavam ainda presentes todos os membros do conselho de administração e o fiscal único.

Verificada a qualidade dos accionistas presentes, foi aberta a sessão tendo o presidente do conselho de administração, *João Filipe de Brion Ramires Sanches*, sumariado a actividade da sociedade no passado ano, com especial incidência na evolução e rentabilidade do Fundo Vision Escritórios. Apresentou ainda um resumo do Fundo Office Park Expo, lançado pela sociedade durante o ano 2002 que tem grande importância no desenvolvimento da Norfin, não só pela dimensão do projecto mas também pelo peso institucional dos investidores que nele investiram.

De seguida e não havendo quem mais se quisesse pronunciar, foram postos à votação o relatório de gestão, balanço, contas e parecer do fiscal único, os quais foram aprovados por unanimidade.

Entrando-se no ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi imediatamente posta à votação, e aprovada por unanimidade, a proposta do conselho de administração no sentido de os resultados positivos, no montante de 506 767,80 euros, a serem aplicados da seguinte forma: transferência de 50 677,80 euros para reservas legais; distribuição de 82 825,20 euros a título de gratificações de balanço; e a manutenção do restante, 373 274,82 euros, na conta de resultados transitados.

Já no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi proposto pelo representante do accionista Montepio Geral, e subscrito pelo accionista *Filipe Maurício de Botton*, um voto de louvor e confiança à administração e fiscalização da sociedade, tendo em atenção o excelente desempenho de funções por parte dos membros daqueles órgãos sociais. Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Quanto ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, o accionista *Filipe Maurício de Botton* propôs que fosse deliberado que, como prémio remuneratório, as gratificações fossem atribuídas da seguinte forma: a *João Filipe de Brion Ramires Sanches* o valor de 41 524,90 euros, a *António Manuel Bartolomeu Vilhena* o valor de 26 436,28 euros, a *Frederico Amaral* o valor de 5842,52 euros, a *Madalena Figueiredo* o valor de 4379,44 euros, a *Carla Lourenço* o valor de 3292,06 euros, e a *Patrícia Mateus* o valor de 1350 euros. Sem mais discussão, e por unanimidade, foi aprovada a proposta.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e elaborada a presente acta que, por estar conforme, vai ser assinada pelo presidente e secretário da mesa de assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos*, presidente — *Maria Forte Vaz*, secretária. 2003361421

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
